

**PODRIDÃO
NA
COTREFAL**

A Via Crucis de Marcelo Barth
nas páginas 14 e 15.

CR\$ 50,00
**Nosso
tempo**

Foz, 30 de julho de 1982

Ano II - N.º 49

**P.D.S.
É OBRA
DO CAPETA**

Veja no Psiu.



ESTA

MULHER VIVEU

13 ANOS NAS

MASMORRAS

DA DITADURA

DE

STROESSNER,

O VAMPIRO

DO

PARAGUAI

SATURNINA
ALMADA
CONTA TODA
A HISTÓRIA
DAS
ATROCIDADES
COMETIDAS
PELO
SANGUINÁRIO
REGIME DE
ALFREDO STROESSNER.

Páginas 10 a 13.

LIBERDADE DE IMPRENSA CONDENADA

Tudo sobre o julgamento de Juvêncio Mazzarollo - Páginas 6 - 7 e 8.

VANDRÉ SE APRESENTARÁ NO PARAGUAI

Faz quase 15 anos que o cantor Geraldo Vandré não se apresenta no Brasil, primeiro porque suas músicas foram proibidas e ele foi perseguido até ser empurrado para o exílio, depois por causa de uma decisão pessoal, de modo que, mesmo depois de liberadas suas músicas e suspensa a proibição de seus shows. Seus fãs e admiradores nunca se conformaram com essa posição, mas parecia que o sonho de vê-lo de novo empolgando multidões — como fazia na década de 60 — parecia definitivamente sepultado, tal a teimosia com que afastava a ideia de se apresentar para o público brasileiro. Só a exigência de submeter os textos à Polícia Federal onde quer que fosse dar algum show bastava para ele abominar a ideia de cantar em público.

Aos poucos, porém, Vandré foi se convencendo de que deveria ceder, seja pela insistência dos admiradores ou pela própria convicção de que sua distância dos palcos era inconsequente. Também não seria por falta de promotores e patrocinadores que sua voz deveria continuar muda — tanto que a Volkswagen já se mostrou interessada em assumir esta parte. O inesquecível cantor de "Caminhandando" e "Para não dizer que não falei de flores" deveria, mais cedo ou mais tarde, reencontrar-se com o público que deixou desde 68 e com aquele público novo que ganhou através das gravações feitas antes de ser silenciado pela ditadura militar.

Custou, mas Geraldo Vandré entendeu que seu silêncio não servia a ninguém, muito menos a ele próprio, e passou a estudar a melhor maneira de reconciliar-se com o público. Passando por Foz do Iguaçu em abril deste ano, o cantor julgou que uma apresentação sua no canteiro de obras da Itaipu Binacional poderia ser a melhor forma de abrir a porta para a volta aos palcos brasileiros. Procurou a diretoria do clube social da Área 2, nos conjuntos habitacionais de Itaipu no Paraguai, onde estaria diante de um público misto, formado por brasileiros e paraguaios, e onde ele não se sentiria tanto ao mar e nem tanto à terra.

O show foi acertado para o dia 17 de julho. Aproximando-se a data, Vandré e sua equipe vieram a Foz do Iguaçu para mobilizar o esquema de propaganda e venda de ingressos. Dias antes do espetáculo, porém, as autoridades de Itaipu ficaram intrigadas. O general Junot Rebelo Guimarães, chefe de segurança da Itaipu no Brasil, passou informações ao general Aguirre, chefe de segurança da Itaipu no Paraguai, certamente com o objetivo de pressioná-lo a impedir o espetáculo. Na troca de informações, Vandré deve ter sido pintado como um elemento de alta periculosidade e mensageiro da subversão — quadro suficiente para qualquer autoridade

de de segurança do Paraguai tremer dos pés a cabeça.

O general Aguirre não titubeou. Transmitiu ordens ao coronel Samaniego, chefe de segurança dos conjuntos habitacionais de Itaipu no Paraguai, no sentido de que fizesse chegar a proibição do show ao presidente do clube que havia contratado o espetáculo e à equipe do cantor. Nenhuma autoridade de Itaipu deu os motivos, mas o show estava definitivamente cancelado.

Teimando em se apresentar no Paraguai, Vandré procurou então o proprietário do Cine Ópera, em Porto Stroessner, para realizar a apresentação. Aconteceu, porém, que o coronel Samaniego, tão logo soube dessa tentativa, dirigiu-se ao proprietário do Cine, alertando-o de que deveria obter da chefia de polícia local autorização para promover a apresentação. Não foi fácil. Depois de muitas idas e vindas, justificativas e explicações de toda ordem, a polícia paraguaia permitiu o show, programado então para o dia 7 de agosto no Cine Ópera, em Porto Stroessner.

A novela da recusa de Vandré em se apresentar em público chega ao fim junto com outra novela — a da permissão para a apresentação no Paraguai. É verdade que a decisão de Vandré de cantar no Paraguai foi considerada insólita por quantos conhecem os critérios do regime daquele país e de Itaipu em relação ao conteúdo do "circuito" que oferecem ao povo. Mais estranho ainda, entretanto, pareceu o desfecho das negociações, complicadas pela sua evolução: se as autoridades de Itaipu no Brasil não queriam um show de Vandré, por que as autoridades de Itaipu no Paraguai deveriam aceitá-lo? E se as autoridades de Itaipu recusaram o show, com que argumentos a polícia civil paraguaia iria permiti-lo fora do canteiro de obras da Binacional? Realmente, a situação deve ter ficado intrigante para todos, mas a verdade é que a apresentação de Vandré só foi permitida para abafar o grande escândalo em que Itaipu estava mergulhando.

CANDIDATO DO PDS SACA O REVÓLVER E APRONTA

O repórter policial Cauby Silva não toma jeito mesmo. Há pouco tempo atrás encheu a cara até não caber mais e saiu dando ferro por aí num Opala da Polícia até que atropelou e matou duas pessoas que estavam na calçada. Agora, nova prontada do moço: tomou umas e outras e foi completar a bebedeira no Bar Chapéu de Palha. Ao chegar lá, viu que o seu cartaz político que havia afixado na parede não mais se encontrava no lugar. Destratou os proprietários Amilton Borges e Altair de Oliveira e como estes não permitiram que Cauby afixasse outro cartaz, sacou da sua arma e ameaçou-os de morte, dizendo ser da polícia e por isso poderia fazer qualquer coisa.

Passado o episódio, os proprietários registraram queixa na Polícia e o competente inquérito foi aberto pelo delegado Raimundo Nonato Siqueira por "porte ilegal de arma de fogo e ameaça de morte".

Cauby Silva é candidato a vereador pelo PDS e repórter policial de um jornal local onde escreve duas páginas por edição. Há queixas de que estas páginas são utilizadas para chantagem e achacação (sem o conhecimento dos proprietários do referido jornal), fato deplorável que vem enegrecendo a imprensa iguaçuense.

PDT DE FOZ AINDA ANALISA SUA POSIÇÃO ELEITORAL

A vinculação de votos deixou o PDT numa trágica encruzilhada. Por ser um partido em formação e portanto não tendo nomes de expressão eleitoral, o PDT está encontrando dificuldades na formação de chapas nos 90 municípios onde está sendo organizado. Mesmo assim foi feita a Convenção Estadual no dia 25, quando 64 convencionais homologaram a chapa única que indica o advogado de Cascavel, Edson Sá para Governador e José Raimundo de Matos para o Senado. Foram indicados 17 candidatos a Câmara Federal e 33 para a Assembleia Estadual.

A Convenção realizada na Assembleia Legislativa transcorreu em um clima de cordialidade, sendo que o único incidente foi a persistência de Pedro Fagundes em manter a sua auto-postulação como candidato a governador. Entretanto antes de começar a votação Fagundes retirou sua postulação ao ver que não podia montar chapa completa como exige a lei e por contar com um insignificante número de convencionais. A indicação de Edson Sá foi uma vitória do trabalhismo autêntico que conseguiu jogar por terra as pretensões de Fagundes conhecido por suas posições de extrema-direita e por ter colaborado com a repressão no período logo após 64.

As lideranças do PDT acreditam que conforme seu desempenho no atual processo eleitoral, o Partido que é liderado nacionalmente por Leonel Brizola, poderá despontar como um grande partido de massas, que abrirá caminho para o socialismo. Inclusive já faz parte dos projetos da direção nacional a mudança de sigla assim que houve novas mudanças no quadro partidário do país. O PDT assim deixaria de existir dando lugar ao Partido Socialista.

Quanto as eleições de 15 de novembro o PDT vai disputar em mais de 70 municípios e fala-se que fará cinco por cento do total de votos válidos do Estado, elegendo então dois deputados federais e quatro ou cinco estaduais, além de alguns prefeitos e conforme ainda seus dirigentes pelo menos 120 vereadores. Entre os candidatos a deputação tanto estadual como federal o PDT conta com dois cassados, três exilados, um banido e vários outros que estiveram presos na fase mais dura do governo militar.

FOZ DECIDE SÁBADO

Nas últimas semanas a imprensa estadual e local vem especulando sobre a possibilidade do PDT de Foz do Iguaçu não lançar candidatos e apoiar o PMDB. Entretanto, apesar de existir uma corrente que defende esta posição os trabalhistas de Foz só decidirão no próximo sábado, às 19 horas numa reunião ampla que será realizada na sede do Partido na rua Edmundo de Barros, 830.

O PDT de Foz que no ano passado depois de uma concorrida Convenção com duas chapas disputando elegeu seu Diretório, passou por uma fase de sérias

dificuldades. Depois de um ano de inatividade a Executiva Municipal presidida por Florendino Rossato, decidiu renunciar deixando o Partido em crise. A renúncia que se deu em maio deste ano foi devido a incompetência e distanciamento dos 11 membros do Diretório dos ideais partidários.

No dia 22 de julho o grupo reconstitutor do trabalhismo fez a Convenção Municipal que elegeu o novo Diretório. Atualmente dirigido por Antonio Moreira, Aluizio Palmar e mais a Executiva Municipal constituída por Manoel Ortega (presidente), Israel Resende da Silva (vice-presidente), Artur Melo Silva (secretário) e Antonio José Machado (tesoureiro), o PDT está realizando reuniões semanais para analisar a questão eleitoral e avaliar os nomes para disputar a vereança. Nas duas últimas reuniões duas tendências tomaram corpo durante as discussões. Uma defende a posição do partido não concorrer, justificando sua posição com a tese de somar forças para derrotar o PDS como forma de abrir caminho para a conquista da democracia, quando então um novo quadro partidário surgirá. Esta posição contrasta com a posição que esta eleição está tendo um caráter plebiscitário, principalmente no plano local.

A outra posição que até o momento é majoritária dentro do Diretório e entre os trabalhistas mais antigos defende a participação nas eleições. Esta defesa está baseada na tese de que concorrer é uma questão de sobrevivência para o partido. Analisam ainda o quadro político atual e defendem a posição de marcar posição dando um conteúdo mais político às eleições. A posição plebiscitária para este grupo é nociva ao processo de mudanças que o Brasil exige. Outro argumento é quanto a possibilidade de haver eleição para presidente da República em 84, diante da tão esperada mudança da correlação de forças. Neste caso o líder nacional do Partido Leonel Brizola seria candidato à presidência, e os seus seguidores tem que estar organizados como partido para grande batalha eleitoral.

Espera-se portanto que a reunião trabalhista no próximo sábado seja bastante concorrida, já que contará com a presença do candidato a governador Edson Sá. Nesta reunião será decidida a posição dos pedetistas de Foz do Iguaçu, que em várias ocasiões demonstraram sua pujança política. Enquanto as duas posições são analisadas e debatidas internamente, a Comissão Executiva Municipal já marcou para o dia 6, às 20 horas, a Convenção que escolherá os candidatos que concorrerão à Câmara Municipal.

Qualquer que seja a posição hegemônica dentro do trabalhismo de Foz, uma coisa é certa, as questões estão sendo tratadas de forma democrática sem caudilhismo e com isto há um fortalecimento interno.

CONVITE



Convidamos todos os filiados do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para participarem da reunião com o candidato a governador, doutor Edson Sá, no dia 31, sábado, às 20:00 horas, na rua Edmundo de Barros, 830. Nesta reunião será também debatida a posição dos trabalhistas de Foz frente às eleições de 15 de novembro.

MANOEL ORTEGA
Presidente do Diretório Municipal de Foz do Iguaçu.

Nosso tempo

Editor

Fábio Campana

Gerente:

Juvêncio Mazzarollo

Representante em Curitiba

G. Cadamuro - Pça. Zacarias 70. and.

Nosso Tempo é uma publicação da

Editora Liberação Ltda.

Rua Edmundo de Barros, 830 - Boycy

Telefone: 72-1830

Foz do Iguaçu - Paraná

Impressão:

J.S. Impressora Ltda. - Rua Gaspar

Dutra, 225 - Fone: 23-4430 - Jardim

Maria de Fátima - Cascavel - Paraná

Diagramação:

Rolvi Darciso Martini

Revisão:

Vanir Machado



SEM ESTOQUE DE VERGONHA

Esta é de não acreditar, mas que aconteceu aconteceu, e é uma verdade. Todos se lembram do papelão que o PDS e o Tércio Albuquerque fizeram com a professora Eva Terezinha Vera, demitindo-a estupidamente da direção da Escola B. Mitre. Deu aquele bafafá que todos viram. Mas sabem a petulância que tiveram depois os patrulheiros pedessistas? Convidaram a professora para uma reunião do Partido e, com gracinhas e lamaleques, ofereceram-lhe uma vaga se desejasse concorrer a vereadora pelo PDS. É evidente que a professora não aceitou. Afinal, se o estoque de vergonha se esgotou nas fileiras do PDS, não significa que o "produto" esteja em falta em tudo e em todos.

DECISÃO JUDICIAL ABSURDA

Nós já berçamos bastante em defesa dos agricultores do Lote Grande porque sempre encontramos motivos para berrar. Examinando o processo que tramitou na Justiça e que derrotou os agricultores estão erros visíveis a olho nu, isto é, olho de leigo em Direito. Uma das maiores aberrações:

Na ação reivindicatória do imóvel a família Schimmelpfeng pleiteou uma área de 728 hectares. Na sentença, porém, a Justiça não deu aos Schimmelpfeng apenas os 728 hectares, mas achou melhor arredondar para 1.000 hectares. E o Tribunal de Justiça do Estado ratificou a decisão. Agora, o mais engraçado é que não estão querendo tirar da terra todos os que estão sobre os 728 ou sobre os 1.000 hec-

tares. Querem tirar só umas 26 famílias que ocupam cerca de 55 hectares. Quer dizer, os requerentes pedem 728 hectares e a Justiça dá 1.000, mas quer que a sentença se cumpra só sobre uns 50 e poucos hectares.

Dá para entender? Dá para aceitar?

Enquanto isso, os colonos vivem em estado de tensão, à espera do despejo e tentando os últimos cartuchos na Justiça. Estão gastando os últimos trocados e alguns já não têm reservas para mais nada.

Aqueles agricultores não merecem apenas ficar com a terra onde estão, mas deveriam receber uma grossa indenização por tudo o que gastaram na (in)justiça e por toda a dor de cabeça que vem sofrendo.

ASSUNTOS SECRETOS DO EXÉRCITO

Há poucas semanas o Exército brasileiro mudou o regulamento sobre os assuntos sigilosos dentro daquela Arma. Os assuntos sigilosos foram classificados de "ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado". Pois, analisando os temas distribuídos nessas classificações, percebe-se que, para o Exército, o povo não tem mesmo direito a saber praticamente nada do que se passa lá dentro.

Se algum dia o Brasil estiver, de repente, jogado numa aventura ao estilo Argentina nas Malvinas, e se nossa juventude for jogada como pasto às feras sem saber por quê, o sigilo explicará. Ou melhor, a explicação estará justamente na ausência de explicações, no sigilo. Como diria o Papa, a inteligência está fazendo falta neste Planeta, especialmente em certa região farta e fortemente

militarizadas. Que segredinhos guardarão só para si os seguranças nacionais?

BRIZOLA E A CARTEIRA DE MIJADOR

Recente reunião realizada no Oeste Paraná Clube contou com a presença de candidatos a vereador pelo PDS, o partido do governo. Saíram coisas do arco da velha, dignas de pessoas totalmente despreparadas para assumir qualquer cargo.

Uma das besteiras saiu da boca do candidato Afonso Brizola, funcionário da Prefeitura. A certa altura da reunião Brizola levantou-se da cadeira e disse ser o defensor da classe dos motoristas e cobradores de ônibus e que nesta área ninguém deveria se meter. Foi mais além: pediu ao prefeito Cunha Vianna que mandasse imprimir uma "carteira de mijador" para os motoristas e cobradores dos coletivos urbanos e explicou que todas as vezes que eles precisam utilizar os sanitários do Terminal Urbano (aquele bagulho que custou uma nota lascada e não serve para nada) tinham que pagar 10 cruzeiros. O prefeito disse que não poderia dar tal concessão e o candidato insistiu dizendo que perderia muitos votos se isso não fosse feito. A discussão sobre tão relevante assunto continuou e não se sabe se a "carteira de mijador" vai sair ou não.

Outro candidato do PDS, um tal de Florentino Ferreira do Nascimento, mas que insiste em ser chamado de Flor, veio com essa: Eu sou candidato porque moro no Paraguaí e tenho lá meu reduto eleitoral. Emprestei muito dinheiro aos colonos brasileiros que moram lá, fiz tí-

tulos para eles e não quero que ninguém se meta lá para me tirar votos. Se vocês forem lá, eu passo pra cá e tomo os votos de vocês..." Esse tal de Flor é o mesmo que mandou imprimir um folheto muito sem vergonha. Para conhecer a mentalidade deste arauto da democracia leia as últimas frases do folheto: "Pelo fruto se conhece a árvore: PDS" e "O bem nunca será vencido pelo mal".

Realmente oportuna a lembrança "pelo fruto se conhece a árvore", senhor Flor. O povo já experimentou os frutos da árvore que é o PDS, antes Arena. Sabe que gosto eles têm? Só gosto de cacá.

TIRANETES INGÊNUOS E CRUÉIS

Viram com que sarai-vada o Jânio Quadros agrediu o regime? Se fosse o jornal Nosso Tempo, já estaria novamente enquadrado na Lei de Segurança Nacional. "Vim porque a revolução virá, cedo ou tarde. Se não houver como empreendê-la pelo voto, ela ocorrerá com sangue, não com o sangue dos latrocínios e da violência desumanos, passados e presentes, mas com o do povo que destruiu a Bastilha e guilhotinou os símbolos da opressão e do roubo. O sofrimento organiza o povo, e o nosso já sofreu bastante" — disse o pirado.

Para Jânio (só para ele?), depois de Castello Branco houve uma "sistemática sucessão de tiranetes ingênuos, despreparados, pérfidos ou cruéis". Acrescentou que "Enquanto isso, os tecnocratas prosperam, as empresas estatais governam o País e o governo... Não há, pois, democracia. Subsiste a ditadura, que só cederá ante um processo revolucionário".

Quem teria encomendado tais posições e com que finalidade? Ou trata-se apenas de manifestação de uma mente doentia? Não se sabe, mas é certo que Jânio continua sendo um perigo.



Kuster: recebe da Prefeitura para ficar em casa assistindo televisão.

O "VIGILANTE" JOÃO KUSTER

O presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, João Kuster, é também funcionário da Prefeitura. O horário das sessões na Câmara tem sido sempre na parte da tarde e por isso Kuster não poderia exercer a função (?) que vinha desenvolvendo na Prefeitura como auxiliar no Departamento de Saúde.

João Kuster é do PDS e como sendo deste partido se consegue qualquer favor, transferiu seu turno na Prefeitura para o período da noite. Foi assim que ganhou o cargo de vigilante nos estabelecimentos de ensino de Foz do Iguaçu, só que nunca aparece nestes locais e continua recebendo polpudos salários na Prefeitura Municipal para ficar em casa assistindo televisão.

Mas não é só isso: Comenta-se que existem pessoas organizando um dossiê sobre a vida de João Kuster, onde constariam algumas aprontadas do Presidente da Câmara durante o período que assumiu o cargo de prefeito em substituição a Cunha Vianna, que estava em viagem pela Europa.

QUE MORRAM DE SEDE!

Se o consumidor de água da Sanepar atrasa o pagamento da conta por alguns dias e vai ao banco pagar, este não recebe, mas manda o freguês ao escritório da dita empresa. Lá, os funcionários martelam dois ou três carimbos na conta e mandam pagar no Banestado. Para que tudo isso? Só para se vingar do consumidor que atrasou o pagamento? A obrigatoriedade de efetuar o pagamento no Banestado é puro favorecimento daquela estatal ao Banco. Não há outra explicação. E depois, para que os carimbos? E por que a Sanepar não recebe de vez, sem fazer o freguês perambular de um lado para outro?

Olha, uma praga conveniente para quem trata o povo dessa maneira é que morra todos de sede, não acham?

CAVALCANTI NÃO VÊ DESEMPREGO

Todo mundo sabe, todo mundo está sentindo os problemas que Itaipu está deixando para Foz do I-



A. FEDUMENTI

MECÂNICA

- Chapeação, pintura em estufa
- Cores especiais e importadas
- Completo serviço mecânico
- Pessoal altamente especializado
- Auto-elétrica
- Regulagem eletrônica de motores



guau especialmente com a massiva dispensa de funcionários construtores dessa hidrelétrica, mas o general Costa Cavalcanti, quando abordado sobre a questão, sempre diz que os temores de desemprego em Foz não existem, ou, se existem, não é por culpa da Itaipu. Ele não vê desemprego, como nunca foi capaz de ver coisa alguma que dissesse respeito aos problemas criados no povo pela obra. Será que Cavalcanti, ao assumir o cargo de diretor geral da empresa binacional jurou amar a obra sobre todas as coisas?

INAUGURAÇÃO ANTES DAS ELEIÇÕES

Recebemos aqui uma "nota à imprensa" sem saber de onde veio, pois estava sem assinatura e sem nome de qualquer entidade ou pessoa. Dizia a nota que o deputado Antonio Mazurek e o empresário Antonio Bordin estiveram em Brasília falando com o ministro Mário Andreazza pedindo 10 milhões de cruzeiros para terminar as obras da Santa Casa Monsenhor Guilherme, de Foz do Iguaçu. O que chamou a atenção foi esta frase da nota: "O novo hospital da Santa Casa, quase concluído, depende apenas de 10 milhões de cruzeiros para que sua inauguração se faça antes das eleições de novembro próximo". Entregaram o ouro na ingenuidade: Quer dizer então que o objetivo é inaugurar a obra "antes das eleições"? Agora entende-se melhor por que essa obra de tamanha importância está sempre por ser concluída e nunca chega lá.

Um conselho ao PDS: Se pretende ganhar as eleições dessa maneira, pode ficar certo que não é o caminho. Podem inaugurar uma Santa Casa por dia que nem assim vencerão o pleito de novembro.

O PDS é obra do capeta.

P.D.S: OBRA DO CAPETA

O PDS local andou sondando o vereador Francisco Freire e o candidato a vereador José Claudio Rorato, ambos do PMDB, na tentativa de fazê-los entrar para o partido do governo. Apesar de terem oferecido muitas vantagens, não conseguiram convencer nenhum dos peemedebistas. Chiquinho disse que a intenção dos homens do PDS "é esvaziar a Oposição" e Cláudio Rorato garantiu que não irá para o PDS, mas confirmou que houve o convite.

É impressionante a desenvoltura com que o PDS se lança ao aliciamento de opositores, oferecendo favores, cargos, e até dinheiro. Onde surge tanto poder e tanto dinheiro — se é sabido que os partidos de oposição e a população em geral estão imobilizados pela crise? Ninguém tem dinheiro, para nada. Nem o governo. Mas o PDS e seus políticos navegam num oceano de cifrões.

Repetimos: O PDS é obra do capeta.

FÉ E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Anotem aí e não percam: Nos dias 7 e 8 de agosto próximo a Pastoral da

Juventude da Diocese de Foz do Iguaçu estará promovendo um congresso sobre Fé e Educação Política, na Paróquia São José Operário, no quilômetro 3 da Rodovia Itaipu.

Será expositor no congresso o Pe. Ávila, jesuíta famoso pela firmeza com que prega o engajamento da Igreja na vida social e política dos povos.

Vão ser dois dias de estudos e debates muito mais proveitosos que centenas de comícios desses que estão se avizinando. O congresso é oportuníssimo e será uma das poucas coisas boas a acontecerem no ramo em Foz do Iguaçu nesta época eleitoral.

COMERCIAIS INDECENTES

O que há de mau gosto nos anúncios comerciais de televisão, especialmente os montados nas estações do interior, é coisa de escandalizar o mais pobre dos espíritos. Ultimamente, as agências de publicidade ou os montadores de comerciais deram de apelar para músicas clássicas para suprir sua falta de imaginação e competência em bolar bons textos e boas imagens. Um desses comerciais que propagandeiam pneus, peças de carros e o escambau, põe lá pelas tantas o Aleluia, de Haendel — uma das melhores composições musicais de todos os tempos. Usar para esse fim o fabuloso Aleluia de Haendel, uma música sacra, uma relíquia do patrimônio artístico e religioso de todos os tempos e de todo mundo, não é só obra de mau gosto; é igualmente, obra de ignorância pura e simples.



FELIZ CIDADE COLORIDA

A promoção "Feliz Cidade Colorida", organizada pela Habitasul, agência de Foz do Iguaçu, chegou ao seu final. Foram distribuídos 20 mil folhetos nos estabelecimentos de ensino e 11.700 chegaram de volta à agência. Desses, 30 foram classificados e premiados, após análise de uma comissão julgadora composta por professores, psicólogos, jornalistas e artistas plásticos.

Os 3 primeiros colocados foram os seguintes: Sandra Sparremberger, aluna da Escola São José; Amarildo Aparecido Coelho, da Escola General Meira e Leandro Henrique de Oliveira da escola São José. Eles receberam um bicicleta e uma cardeneta de poupança.

AULINHA DE PORTUGUÊS

É verdade que a maneira como se escreve e se fala o Português já é um caso de fazer nossos literatos mortos tremerem em suas sepulturas. Como ainda mal a "última flor do Lácio" na boca e na pena dos seus usuários.

Pois, um dos erros mais frequentes e que está se alastrando demais é quanto ao uso do verbo "haver". A gramática manda que o verbo quando usado no sentido de existir fica sempre na terceira pessoa do singular. Assim: HOUVE eleições; Havia muitas pessoas, etc. O verbo haver é usado no sentido de existir, por isso fica no singular. Se, porém for usado o verbo existir, este vai para o plural: Existiram eleições.

Portanto, chega de falar e escrever assim: "Houveram defeitos; Haviãr propostas..."

MAIS UMA SAFADEZA DO PDS

O deputado Nilton Friedrich (PMDB) denun-

brando de cada comarca um mínimo de 200 votos.

Como os leitores podem ver, o que o PDS está fazendo é de causar inveja a todos os tiranos, ditadores e caudilhos históricos que passaram pelos mais diversos governos latino-americanos desde que se consagrou o método de abolir os princípios democráticos em nome de sua preservação.

O PDS é, repetimos, obra do capeta.

Votando no PDS, o eleitor brasileiro estará pedindo mais corrupção, mais exploração, mais injustiça, mais fome, menos saúde, menos educação, mais deseducação, inflação mais alta, menos comida... Mas a eleição ainda não aconteceu. Ainda é tempo de refletir melhor e, se por acaso alguém aí estava decidido a votar em candidatos do PDS, pode voltar atrás e votar na oposição.

Pode ser que a oposição também não resolva os problemas do País, mas precisamos experimentar. Pelo menos uma certeza já temos: O atual regime, que o PDS quer perpetuar, já mostrou que não serve senão para a ruína total. É hora de mudar.

PENSAMENTO DO AMIGO "CHE"

Hay hombres que luchan un día y son buenos
Hay otros que luchan un año y son mejores
Hay quienes luchan muchos años y son muy buenos
Pero hay los que luchan toda la vida
Estos son los imprescindibles". (Ernesto "Che" Guevara).



O maior e mais diversificado estoque de discos e cassetes está em Combinato Discos — o som para todos os gostos.

Loja I: Av. Brasil, 87; Loja II: Av. Brasil, 920.
Fones 73-3095 e 74-3638 — Foz do Iguaçu.



RETIFOZ Retifica de Motores Ltda

RECONDICIONAMENTO DE MOTORES

DIESEL

GASOLINA

ALCOOL

TESTE PARA BOMBAS E

BICOS INJETORES

Posto de serviço autorizado Bosch

Trevô da Ponte da Amizade - Fone 73-2322

Foz do Iguaçu - Paraná

PMDB oficializou candidaturas

Cerca de 10 mil pessoas procedentes de todo o Estado do Paraná participaram da convenção realizada em Curitiba no último dia 11, quando o PMDB oficializou os nomes dos candidatos que concorrerão aos cargos de deputado estadual e federal, governador, vice-governador e senador nas eleições de 15 de novembro próximo.

De Foz do Iguaçu partiram dois ônibus lotados conduzindo à convenção os candidatos locais, membros do Diretório e correligionários do Partido. Se o PDS orgulhou-se de seu poder de mobilização algum tempo atrás, o PMDB mostrou que seu poderio está à altura do desafio que se coloca diante da disputa eleitoral.

A convenção indicou o senador José Richa para candidato ao governo do Estado, tendo como companheiro de chapa o candidato a vice-governador o nome de José Elísio Ferraz de Campos. O deputado Álvaro Dias foi indicado como candidato ao Senado juntamente com o senador Leite Chaves, que não abriu mão do direito à candidatura automática, assegurado por um ato de arbítrio do governo. Embora estivesse claro que o PMDB não desejava a candidatura de Leite Chaves, teve que engulir, pois, além de não ter a menor chance de se reeleger, criará problemas para a eleição de Álvaro Dias.

Por Foz do Iguaçu, o PMDB lançou dois nomes para concorrer ao cargo de deputado federal, contrariando a impressão geral que não via nomes em condições de competir nesse nível de disputa. Assim, apesar da resistência do Diretório local, o PMDB indicou como candidatos a deputados federal os peemedebistas Nelson Mendes e Edevino Rossa.

A disputa maior a nível local, porém, estelecia-se entre os pretendentes à indicação para as candidaturas a deputado estadual, reivindicada por três



Spada: candidato a deputado estadual pelo PMDB de Foz do Iguaçu.

nomes: Sérgio Spada, vereador, Francisco F. Freire, também vereador, e Alírio Ximenes, chefe do IBC (Instituto Brasileiro do Café) em Foz do Iguaçu. A surpresa consistiu em que os três nomes foram aprovados pela convenção estadual, sendo que Sérgio Spada foi indicado e saiu como candidato ao cargo pelo Diretório de Foz do Iguaçu, enquanto Francisco Freire ("Chiquinho") saiu pelo município de Rio Negro e Alírio Ximenes por Altônia.

Para Spada, a indicação de três correntes pelo mesmo partido dificultará a vitória de qualquer dos três pretendentes, mesmo que a indicação de Freire e Ximenes tenha saído por outros municípios. O problema é que eles vão fazer suas campanhas praticamente no mesmo território, o que pode resultar na eleição do candidato do PDS, que, apesar de extremamente desgastado, tem a vantagem de não dividir com ninguém os votos que o seu partido obterá na região — argumenta Spada.

Diante da debilidade dos assim chamados "partidos pequenos", frequentemente tidos como alternativos, a eleição no Paraná terá um caráter eminentemente plebiscitário, numa disputa entre PMDB e PDS, de modo que em poucos estados da Federação a oposição tem garantias de vitória tão grandes quanto neste Estado.

CARTA DE KADAFI A FIGUEIREDO

Diante da situação desesperadora por que passa o povo palestino em decorrência da invasão e dos massacres que Israel vem realizando no Líbano, o líder Muamar Kadafi, presidente da Líbia, fez um veemente apelo ao presidente brasileiro, João Figueiredo: "Sr. Presidente, a solidariedade efetiva de V. Exa. com o povo palestino requer que esta solidariedade seja traduzida por medidas práticas" — escreveu Kadafi.

A íntegra da carta:

"A sua exa.
sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil.

Sr. presidente,
V. Exa. tem acompanhado com vosso povo e o mundo inteiro a sordida campanha militar sionista no Líbano visando, a princípio, dizimar o povo palestino e liquidar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Porventura, V. Exa., observou, através de imagens vivas, as atrocidades que tomaram forma das operações de bombardeios indiscriminados contra os centros de concentração dos civis palestinos, usando armas proibidas internacionalmente, deixando diariamente dezenas de milhares de mártires, feridos e desabrigados, em sua maioria crianças e mulheres.

V. Exa. talvez tenha estranhado também a posição do governo norte-americano, o único que sustenta a lógica de agressão nas sessões do Conselho de Segurança e na sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, demonstrando assim seu verdadeiro papel de participante do planejamento e da execução da agressão, pois a administração norte-americana, acatando o "Acordo de Cooperação Estratégica" com a entidade sionista, forneceu ao agressor as armas mais destrutivas e mortíferas produzidas pelas indústrias bélicas norte-americanas, e adotou a posição de defendê-lo nos foros internacionais atendendo aos objetivos da aliança norte-americana-israelense no Oriente Médio".

"A invasão sionista que tem como objetivo declarado a destruição do povo palestino continuou executando seu plano, cercando uma capital de um Estado árabe independente, membro das Nações Unidas, registrando um grave precedente de conduta internacional, o que permitirá a partir de agora, a qualquer Exército atravessar suas fronteiras e ocupar a



Kadafi

capital de um outro país, alegando a busca dos inimigos e sua aniquilação.

As práticas cruéis que acompanharam as operações militares revelaram o desmoronamento do princípio moral da ideologia sionista, que visa, na verdade, e por qualquer meio, estabelecer um império racista religioso, sobre as terras palestinas e árabes, como também a custo da própria existência do povo árabe.

Sr. presidente, colocando V. Exa. a par dessa grave situação imposta pela invasão militar israelense, e a princípio fundamentada pela ideologia sionista que se baseia na política de expansão e agressão, advertimos também para o risco ao qual a região se está submetendo devido à aliança norte-americana-israelense, expressa por meio das preparações militares e políticas coordenadas.

Na convicção de que a causa da paz é indivisível a responsabilidade de mantê-la deve ser compartilhada pelas forças amantes da paz no mundo e devido à

situação oriunda da agressão ao povo libanês e palestino, e da insistência da entidade sionista em não acatar o Conselho de Segurança da ONU, retirando-se imediatamente do território libanês, constituindo uma séria ameaça à paz mundial; sendo assim, todas as forças do bem são solicitadas a transformar as boas intenções e sentimentos de simpatia manifestados nos foros internacionais em posições concretas, contribuindo assim para repelir a agressão e consolidar o respeito aos princípios da verdade e justiça, por intermédio de um consenso coletivo a respeito das seguintes medidas:

— Pelo fim do alinhamento total de uma grande potência e membro permanente do Conselho de Segurança ao lado do sionismo.

— pelo início de todo tipo de pressão sobre a administração norte-americana, a fim de levá-la a interromper o fornecimento de armas à entidade sionista, após ser comprovado que o permanente fornecimento de um grande arsenal de armas norte-americanas sempre foi um elemento encorajador para levar os dirigentes da entidade sionista a aumentar suas sucessivas agressões como meio de realizar através da força, seus objetivos expansionistas.

— pela retirada do reconhecimento da entidade sionista e pelo empenho de sua expulsão da ONU, abstendo-a ter qualquer tipo de relações internacionais com esta, pois qualquer

cooperação bilateral com a entidade fere os princípios e valores humanos proclamados internacionalmente.

— pela proibição definitiva da imigração à Palestina ocupada, uma vez que isso é considerado uma contribuição à invasão da região.

— pelo trabalho com todos os meios necessários para acelerar o estabelecimento do Estado Democrático Palestino, apoiando todos os que lutam pela instituição desse Estado, visto que atende a uma insistente reivindicação mundial, e a condição necessária para estabelecer uma paz justa e duradoura na região.

Sr. Presidente, a solidariedade efetiva de V. Exa. com o povo palestino requer que esta solidariedade seja traduzida por medidas práticas, favorecendo o povo palestino que luta por sua liberdade e seus direitos reconhecidos internacionalmente, e que interrompa o caminho ante a selvagem política praticada pelo sionismo. Esta responsabilidade é comum a todas as forças pacifistas que trabalham no sentido de consolidar as bases da paz.

Nós, da Frente Nacional de Resistência, damos grande importância à contribuição de V. Exa. como também à contribuição de vosso país amigo, no apoio à luta legítima do povo palestino, que merece toda consideração e apoio.

Coronel Muamar Kadafi"



A bola oficial da copa e todos os produtos da famosa marca esportiva adidas

MUNDO DOS ESPORTES

Rebouças, 748 - FOZ



MASIJOR

O MAIOR E MAIS VARIADO
ESTOQUE DE MÓVEIS
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

Duas lojas em Foz do Iguaçu
Exportação: Jardim Jupira próximo a
Ponte da Amizade
Mercado Interno: Avenida Paraná s/n, próximo
ao Country

SE GUE PÀG. 8



Ato público da UNE da UPE na Boca Maldita da Rua XV.

Em liberdade vigiada

Dentro da narrativa destas páginas faltam algumas observações sobre o significado de tudo o que cercou o processo eu julgamento e desfecho — ainda que não seja definitivo.

Não resta dúvidas que a matéria jornalística que originou tudo foi de uma veemência contundente, quase arrasadora, tanto que foi relativamente fácil para o procurador militar recolher elementos e sustentar suas acusações. No entanto, parecia bem mais razoável não transformar algumas frases num vendaval, como fez a Justiça Militar. O texto, efetivamente, não a-caricava os militares e os governantes. Mas o que de melhor podem esperar os responsáveis pela bancarrota em que está o Brasil? Mesmo assim, o artigo "não se tira leite de vaca morta" pode muito bem ser lido e interpretado sob um ângulo grandemente positivo — como muito bem mostraram os advogados de defesa. Se o texto continha esperas críticas ao governo, elas não surgiram em sonhos na mente do redator, mas foram fruto da análise da situação e da experiência diária que se vive em contato com a trágica realidade do povo brasileiro. Além do mais, a matéria apresentou propostas de solução, discutíveis o quanto queiram, mas discutíveis, não simplesmente puníveis. Aliás, tanto o texto foi capaz de levantar o debate que os dois advogados que atuaram no julgamento encontraram argumentos para falar durante três horas, levantando as mais sérias questões nacionais à luz daquela matéria.

Os que acompanharam de perto ou à distância o teatro montado ao redor de três colunas de texto, certamente gostariam de saber o que sente o réu sentado durante 7 horas no meio de um cerco tão pomposo como o montado na Auditoria Militar. Pois, em primeiro lugar, posso dizer que mantive uma calma que não esperava manter, graças especialmente ao maciço apoio e à solidariedade sincera de inúmeras pessoas ali presentes, além da segurança que os advogados inspiravam.

Mas o fato de ficar na condição de estátua durante tanto tempo, justamente quando quem está ali sentado é o objeto de infundáveis considerações — indo dos ataques mais severos à defesa mais entusiasta — nessa hora é impossível ficar indiferente, e o que mais salta à mente e aos sentidos é a percepção de que algo tão trivial está sendo super-dimensionado.

Uma magistrada (promotora) alemã, que vive atualmente em Curitiba, acompanhou o julgamento e, escandalizada, não entendia o porquê da presença do acusado na sessão se ele não pode falar absolutamente nada, não é consultado por ninguém, apesar de tudo girar ao redor dele. Este é o caso em que se pode dizer que alguém é feito de palhaço, e com essa

dignidade toda é que o Tribunal Militar pensa estar garantindo a segurança nacional.

Acompanhei rigorosamente todos os raciocínios expostos tanto pela acusação como pela defesa, e ao final de tudo sentia bastante cansaço. Mas sobrou-me tempo para algumas reflexões à margem do que ouvia. O que mais me veio à mente foi a convicção de que não era apenas eu que estava no banco dos réus, mas, de certo modo, o povo oprimido do Brasil, o povo que luta por sua libertação, o povo arrebatado pelo regime de exploração e opressão, o povo que os poderosos querem manter para todo sempre seu escravo.

Recordei também da frase do grande orador grego Sêneca, que, ao ver os tribunais da época julgar e condenarem pessoas simples do povo, disse: "Vede, lá vão os grandes criminosos a condenar os pequenos". Ainda mais que, no meu caso, não se tratava sequer de um pequeno criminoso. Na verdade, quem devia estar naquela cadeira desconfortável por tanto tempo não era eu. Por que não estavam lá os responsáveis pelos rombos na Previdência? Por que não estavam lá os terroristas ligados ao regime, aqueles que explodiram bancas de jornais, os que explodiram bombas no Riocentro, os que explodiram bombas na OAB e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, matando pessoas inocentes algum tempo atrás? Onde estavam, naquele momento, os trambiqueiros de gravata que infestam o País? Por que estava eu lá no meio daquele fogo cruzado, sujeito a anos e anos de condenação, enquanto os criminosos de lesa-pátria andam as soltas corrompendo o processo eleitoral, corrompendo o fisco, roubando a terra aos agricultores, tirando o pão da boca do povo?

Inadmissível também que tanta gente capaz física e intelectualmente perca tanto tempo ao redor de uma trivialidade daquelas. Enquanto a fome mata o povo, pagam-se altos salários e gastam-se fortunas para dar ocupação a um tribunal que nem ao menos tem competência para se dedicar a um caso destes, uma vez que, se houvesse algo para ser apurado na Justiça, a competência seria da Justiça Comum, através da Lei de Imprensa. O procedimento adotado, ademais, repercute pessimamente para o Exército.

Resta ainda comentar a condenação e cortes impostos à minha já desprezível liberdade.

Para quem estava a pegar cerca de 20 anos de prisão (e se fosse há alguns anos atrás aconteceria isto mesmo), o fato de ser condenado a um ano de prisão, pena trocada por dois anos de "liberdade condicional", até que foi um resultado vitorioso. O conselho de sentença portou-se ao menos com uma dignidade que em anos atrás não existia nos tribunais militares.

Mas veja o ridículo das restrições impostas à minha liberdade vigiada. Determinaram que não posso ficar desocupado desempregado quando em meus 37 anos de vida não recordo de que tenha ficado sem ocupação, sem trabalhar durante uma semana que fosse. Para me ausentar do estado do Paraná (área de jurisdição da 5a. CJM) precisaria, nos próximos dois anos, pedir licença ao juiz da Auditoria Militar, e comunicar ao mesmo qualquer mudança de residência. Beleza. Saí de casa com 11 anos de idade e só agora volto a encontrar um "pai" que precisa acompanhar meus passos — tão irresponsáveis devem ser meus movimentos. E esta de não poder frequentar casas de bebidas alcoólicas e de taboagem (jogos)? Que dizer? Quem irá unir as orgias dos governantes, pagas com o dinheiro do contribuinte? E quem sequer repreenderá os donos de cassinos clandestinos, jogo do bicho e jogatinas clandestinas? Mas eu vou ficar com o consolo de ter um "páinho" cuidando que não "encham a cara", não joguem fora o dinheiro em casas de taboagem. Mandar jornal, para a Auditoria? É fácil e do meu interesse. Jamais terei vergonha ou constrangimento em enviar Nosso Tempo a quem quer que seja. Pelo contrário. Se querem ler, é porque o jornal tem algum valor. Se não tivesse, não teriam provocado uma tempestade de tais proporções.

Então, eu queria dizer que esse regulamento imposto a mim é uma mesquinha, uma ofensa à minha dignidade pessoal.

Perigoso à segurança nacional? Por acaso serão os vendilhões da Pátria os que dão segurança à Nação? Serei eu o responsável pela invasão predatória das multi-nacionais e por toda a invasão imperialista que já transformou nossa nacionalidade numa caricatura?

Em todo caso, fui julgado e condenado a essas penas grotescas, mas, se houve alguém que saiu ganhando nessa embrulhada não foi Exército ou a segurança nacional. Quem saiu ganhando fui eu, foi o jornal Nosso Tempo e todos os que lutam por um Brasil para seu povo, com a justiça que tanta falta faz hoje.

Não é nem um pouco edificante para o Exército continuar processando e julgando civis em tribunais militares. Isso só gera ondas de protestos e repulsas por toda parte, o que não é bom para o Exército, não é bom para o país e muito menos para a chamada segurança nacional.

Em síntese: o teatro esteve bem montado, o aparato foi impecável para o gosto dos militares. Havia apenas uma falha: quem estava na cadeirinha lá no centro daquilo era a pessoa errada.

Sinceramente, nem depois disso tudo conseguiram me fazer entender onde foi que eu pequei. Onde foi que eu errei, Mãe?

escritório jurídico

Dr. Alvaro
W. Albuquerque

Dr. Agenor
de Paula Marins

Dr. José
Claudio Rorato

Dr. Antonio
Vanderli Moreira

Dr. Ademir
Flor

Dr. Santo
Rafagnin

R. Benjamim
Constant, 45
Foz do Iguaçu



MANOEL C. PAZ

Diretor

REVELAÇÕES A CORES E
PRETO E BRANCO

Fotos para casamentos, documentos,
festas, etc.

Revelações para amadores com 15
por cento de desconto, mais uma
foto grande de brinde

Av. Brasil, 378 - Telefone 73-1042



TUDO PARA
SEU ESPORTE

LE COO SPORTIF
PENALTY
HERING

PEROLA

ELITE

TOPPER

ADIDAS

RAINHA

Troféus para todas as modalidades

R. Jorge Samways, 460
Fone: (0455) 74-1232
Foz do Iguaçu - Paraná

- moda infantil
- moda feminina
- moda masculina
- moda esportiva
- calçados
- promoções
- boutique
- restaurante auto-service
- show room
- moda jovem



Avenida Brasil, 520 e 530 - fones: 74-2792 e 74-2394

(Abro o parêntese para possíveis leitores supersticiosos, observando que a "reunião" do coronel Labre ocorreu num dia 22; meu interrogatório ocorreu num dia 22 e o julgamento ocorreu também num dia 22. Qual seria o caráter mágico do número (dia 22)?).

Havia outro detalhe. Entre os dias 21 e 22, além deste caso estavam em julgamento pela LSN os padres franceses e os posseiros, e o STM confirmava a sentença condenando os jornalistas da "Hora do Povo". Em plena Copa do Mundo. Por que tudo isso num pacote só?

Os prognósticos quanto à sentença que o Tribunal iria proferir se dividiam entre os que previam uma condenação bastante severa, os que previam uma pena leve, simbólica, e os que não podiam imaginar que houvesse qualquer condenação. Pessoalmente, não fui capaz de me fixar em qualquer previsão. De qualquer forma, fui ao Tribunal com a tranquilidade de quem está com a consciência em paz.

MUITA AGITAÇÃO E APOIO

A notícia do julgamento foi divulgada amplamente pela imprensa e, em Curitiba, lideranças estudantis, da Igreja, de movimentos populares e parlamentares se agitaram em torno da questão. Pela manhã, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e a UNE realizaram um ato público na Boca Maldita, da Rua XV. Instalaram um alto-falante em plena rua, abriram faixas e distribuíram panfletos dizendo que a condenação seria uma "violação da liberdade de imprensa e de expressão", acrescentando que o processo "se respalda numa legislação arbitrária e que conserva os traços mais autoritários do regime militar". Outro documento, intitulado "Nosso repúdio ao julgamento de Juvêncio pela Lei de Segurança Nacional", era assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Curitiba, Sindicato dos Psicólogos, Associação de Moradores da Vila Pluma e da Vila Nossa Senhora das Graças, da UPE, do DCE da Universidade Católica do Paraná, da UPES e da Casa do Estudante Universitário.

POMPA E CIRCUNSTÂNCIA

Nesse clima, às 14 horas estava montado o aparato na Auditoria Militar. Nunca na vida me imaginara diante de uma encenação daquelas proporções ao meu redor. À minha frente estavam a juíza Iara Alcântara Dani, civil, mas a serviço da Justiça Militar, mais 4 juízes militares fardados — o major Decartes Francisco Pereira, presidente do conselho de sentença, o capitão Hugo Tameyassu Arakaki e os tenentes Abel Alves de Freitas e Antônio Rufino de Carvalho. Os juízes militares da Auditoria são escolhi-

dos por sorteio entre oficiais do Exército e permanecem na função por três meses. A direita postaram-se os dois advogados de defesa, Wagner D'Angelis e Renê Ariel Dotti, e à esquerda, postou-se o promotor Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Ao centro, umas cadeiras — o meu lugar. Atrás, a plateia, aliás bastante numerosa e expressiva: jornalistas dos maiores órgãos de imprensa do Paraná e do País, estudantes universitários e secundários, líderes de movimentos populares, padres, parlamentares, professores... — uma espécie de torcida a meu favor. Já imaginei se estivesse aí quase sozinho? Quer dizer: foi jóia!

A juíza ordenou ao escrivão que lesse a denúncia, a íntegra da matéria que originou a denúncia e o depoimento que o réu dera quando interrogado na fase de instrução do processo. Ninguém mais requereu a leitura de qualquer peça e a juíza passou a palavra ao Ministério Público, representado aí pelo promotor Péricles, que, para usar as suas próprias palavras na denúncia, passou a "destilar os mais virulentos ataques" às idéias expostas na matéria jornalística e à minha conduta.

O promotor consumiu duas horas sustentando e sobrecarregando as acusações, e pedindo "uma pena exemplar para que outros sejam desencorajados a fazerem o mesmo que o acusado fez". Classificou o julgamento de "inusitado, por suas características meta-políticas", e disse que não se tratava de um caso isolado, mas de um trabalho subversivo integrado a uma vasta campanha de guerra psicológica adversa. Qualificou o artigo ("não se tira leite...") de "satelização de ideologias espúrias", e ponderou que "a neutralidade, neste caso, é mera cumplicidade".

Analisando o meu depoimento, o promotor disse que minhas explicações não passavam de obra de um clínico e que os juízes deveriam ignorar as minhas declarações. Invocou inclusive as "bênçãos do Criador para que inspirem os juízes e apliquem as penas da LSN com severidade". Negou que o réu tivesse bons antecedentes, e que, sendo assim, deveria ser negado o "sursis" (direito de apelar em liberdade em caso de condenação), apesar de tratar-se de réu primário.

A defesa havia entrado com o pedido de nulidade do processo por não ter sido feito o competente inquérito policial militar, mas o promotor socorrendo-se da legislação, pôde sustentar a validade do procedimento que dispensou o inquérito.

O promotor retirou o enquadramento no artigo 42 da LSN e sustentou a aplicação das penas previstas nos artigos 14, 33, e 36, bem como a condenação do jornal pelo artigo 49.

Enfim, o promotor foi de uma severidade de espantar. A dureza daquela oratória indicava que a barra estava pesadíssima. Pensei comigo que se



No Tribunal Militar, o aparato tradicional.

o promotor falasse durante uma meia hora, as coisas estariam fáceis. Mas quando passou uma hora, uma hora e meia, e o homem não parava com sua "rezanada", tanto eu como a plateia vimos as coisas pretas. Terminado o trabalho do acusador, a juíza suspendeu a sessão por 5 minutos — quando pude sair daquele isolamento sufocante para algumas trocas de impressões com os amigos que comungavam daquele ambiente tenso, pesado, opressivo.

EM CENA, A DEFESA

No intervalo veio a notícia de condenação dos padres franceses por 10 e 15 anos. Somada esta informação à temperatura dada à acusação pelo promotor Péricles, adquiri a certeza de que não sairia de lá sem alguma condenação. De qualquer forma, pude certificar-me de que entre todos os que assistiam àquela cena de teatro do absurdo, eu tinha calma sobrando para os mais sensíveis, embora seja bem verdade que em certos momentos suei frio.

Reabertos os trabalhos, a juíza passou a palavra à defesa. O advogado Wagner D'Angelis falou durante uma hora, historiando a vida do acusado e defendendo de modo vibrante o trabalho do jornal Nosso Tempo. Esmerou-se em mostrar que tanto o meu trabalho no jornal como minha atuação em movimentos populares estavam respaldados e em consonância com a doutrina social da Igreja. Confrontou o artigo que originou a acusação com as diretrizes da ação sócio-política da Igreja e deixou claro que minhas análises e propostas combinavam com a pregação eclesial, como também com o pensamento de vastos setores da sociedade, expressos através dos meios de comunicação. Até mesmo uma passagem do programa do PDS foi invocado por Wagner D'Angelis para mostrar a coincidência de teses a respeito dos problemas nacionais.

A palavra foi dada ao advogado Renê Dotti, que aprofundou as teses já apresentadas e rebateu ponto por ponto as acusações do promotor,

atendo-se mais aos aspectos técnicos, à diluição das razões invocadas pela acusação.

Os diversos movimentos de agricultores, surgidos no Oeste do Paraná nos últimos anos, foram temas amplamente expostos. O movimento dos agricultores desapropriados por Itaipu, foi o mais profundamente analisado, tendo em vista que naquela luta popular o jornal Nosso Tempo foi o órgão de imprensa que deu a mais ampla e completa cobertura, posicionando-se claramente ao lado dos desapropriados. Do mesmo modo, a situação nacional foi alvo de análises as mais amargas, concluindo os advogados que o texto incriminatório não continha os abusos apontados, eis que o mesmo teor e o semelhante linguajar é frequente nos meios de comunicação.

O jornal Nosso Tempo, em resumo foi exaltado pelos advogados, como uma força junto ao povo.

Terminada a exposição da defesa, o promotor usou o direito de réplica e falou durante mais uns 20 minutos. Voltou à carga e se esforçou por mostrar que os juízes deveriam ater-se estritamente ao conteúdo das frases por ele selecionadas do texto incriminatório para formular a denúncia — como se o contexto da matéria e a vida do acusado não tivessem peso algum na hora da votação.

A defesa usou o direito de tréplica, sustentando as teses apresentadas anteriormente e rebatendo a tentativa do promotor de enfiar o conselho de sentença nos restritos termos dos elementos da acusação.

LIBERDADE CONDICIONAL

O conselho de sentença reuniu-se em sessão secreta para decidir. Uma hora e meia depois, os juízes voltaram à sessão pública para comunicar o resultado. O nervosismo e a tensão dominavam a todos. Houve um grande silêncio.

Resultado: Absolvição, por unanimidade, nos artigos 14, 36 e 42, assim como o jornal Nosso Tempo, no artigo

49 da LSN; condenação, também por unanimidade, no artigo 33 — que trata das ofensas às autoridades do governo. Esse artigo da LSN prevê penas de 1 a 4 anos de prisão, mas a condenação, unânime, foi dada para um ano, trocada por dois anos de "suspensão condicional da pena". Na votação, o "sursis" foi concedido por 3 votos contra 2. Votaram contra o cumprimento da pena em liberdade o major Decartes Francisco Pereira, presidente do conselho de sentença, e o capitão Hugo Arakaki; votaram a favor os tenentes Abel Alves de Freitas e Antônio Rufino de Carvalho e a juíza togada, Iara Alcântara Dani. Pouco não vou para a cadeia. Foi 3 x 2. Resultado apertado.

Na mesma ocasião, as partes foram intimadas a comparecer na Auditoria no dia 29, terça-feira seguinte, para ouvirem a leitura da sentença, quando então foram determinadas as condições da liberdade condicional.

As condições: "Tomar ocupação, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; não se ausentar do território da jurisdição do juiz sem prévia autorização; não portar armas ofensivas ou instrumentos capazes de ofender; não frequentar casas de bebidas alcólicas ou de taboagem; não mudar de habitação sem prévio aviso à autoridade competente, e enviar ao juiz de execução um exemplar semanal do jornal Nosso Tempo, do qual é colaborador, e exemplar de qualquer outro jornal para o qual colabore ou venha a colaborar".

Após a leitura da sentença, a juíza perguntou se eu aceitava aquelas condições — como se pudesse dizer que não impunemente!

Ao final da sessão em que foi lida a sentença, como terminava naquela dia o prazo de permanência dos 4 oficiais na função, o promotor tomou a palavra para enaltecer o comportamento dos que se despediam. O advogado Renê Dotti fez o mesmo, e a troca de gentilezas terminou com um pequeno pronunciamento do major presidente do conselho. O clima ficou tão "legal" que, ao final de tudo, também me rendi ao gosto pela gentileza e cumprimentei o promotor, pedindo-lhe que maneirasse a barra da próxima vez, ao que ele respondeu: "É um dever do ofício". Cumprimentei os demais juízes e serventuários, que me desejaram felicidades e pareciam dizer: "Vê se te comporta, rapaz!".

Mas a saga ainda não terminou. No mesmo dia, o promotor entrou com apelação junto ao Supremo Tribunal Militar, em Brasília, pedindo aplicação de penas mais severas; e os advogados de defesa igualmente recorreram ao STM pedindo absolvição total, e se este confirmar ou aumentar a pena, haverá recurso ao Supremo Tribunal Federal, conforme prometeu o advogado Renê Dotti, inconformado com a decisão da Auditoria da 5a. CJM.

ANTOLOGIA DO ABSURDO

É isso aí. Precisava de algo mais grotesco, inútil e perfeitamente dispensável? Qualquer conversa, qualquer diálogo comigo no jornal teria sido produtivo, mas assim mesmo, essa trama sem sentido só desgastou ainda mais o militarismo que teima em imperar no Brasil.

Há uns detalhes para contar e fechar esta história. Houve quem se surpreendesse pelo fato de o "réu" contar com a defesa dos ilustres advogados Renê Ariel Dotti e Wagner Rocha D'Angelis. Especialmente Renê Dotti seria, no entender dessas pessoas, um advogado caro. Quem pagou os honorários advocatícios? — perguntam. Pois bem a defesa dos dois processos movidos contra o jornal Nosso Tempo pela LSN foi assumida pela Comissão de Justiça e Paz Nacional, e os advogados aceitaram a tarefa renunciando aos honorários. Atuaram com honras e se sentiram gratificados em atuar pela própria natureza do processo.

É interessante anotar também que dois dos jornalistas que acompanharam praticamente todo o julgamento (um de "O Globo", outro de "O Estado de S. Paulo") disseram haverem recebido uma pauta pedindo matéria de 40 linhas em caso de condenação e 20 linhas em caso de absolvição. Vê como notícia ruim tem mais espaço — o do-bro?

À noite, após o término do julgamento, dom Olívio telefonara para dom Pedro Fedalto, em Curitiba, para saber do resultado. Dom Pedro Fedalto informou-se com o advogado Wagner D'Angelis, presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná, e ligou para informar dom Olívio sobre a decisão do Tribunal Militar. Associado à condenação dos padres franceses dos posseiros do Norte, este caso azedava ainda mais a crise entre a Igreja e o Estado. — pois, sinceramente, foi na Igreja que encontrei maior apoio e solidariedade.

No dia seguinte ao julgamento, o deputado Nelson Friedrich, que havia presenciado o julgamento fez um aprofundado pronunciamento a respeito do que vira e ouvira na Auditoria Militar. "Ontem assisti a uma peça do teatro do absurdo, digna de Kafka, se existisse. Juntaram-se aqui juízes, promotores, militares para julgar um jornalista que ousou opinar... E isso quando presenciamos crimes gravíssimos, violentos, sem condenação" — disse o deputado.

Haveria inúmeros outros detalhes curiosos, mas esta narrativa está se tornando longa. O que o promotor disse em sua faustosa oratória seria digno de antologias do absurdo, enquanto os pronunciamentos dos advogados foram uma grande aula para quem ouviu, inclusive para o conselho de sentença. Mas vamos parar por aqui. (Juvêncio Mazzarollo).

TREVÃO

APRESENTA

Sebastião Passos

O rei do vanerão se apresenta neste sábado e domingo.

TREVÃO

O maior salão de baile do sul do país. Pista de molas. Bailes às quartas, sábados e domingos

Fone: 73-4154

FUNEFI pede instalações de Itaipu

Para dar forma a uma reivindicação levantada com insistência, na comunidade, a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu (FUNEFI) dirigiu expediente à Itaipu Binacional pleiteando o aproveitamento de parte da infra-estrutura urbana, das instalações e equipamentos que serão deixados pela empresa à medida em que as obras da hidrelétrica caminham para sua conclusão.

A Funefi mantém a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA), autorizada a funcionar em 7 de junho de 1979, através do decreto federal nº 83.558, e está atualmente com 600 alunos, funcionando no prédio da Escola Parigot de Souza, que não oferece mais espaço e condições e que por isso está sendo trocado pelo prédio da Escola Barão do Rio Branco, da rede estadual de ensino.

Em razão disso foram inclusive suspensos os exames vestibulares previstos para este mês de julho, causando insatisfação entre os candidatos que gastaram tempo e dinheiro se preparando, mas que precisam esperar o início do próximo ano para tentarem ingressar nos cursos oferecidos pela Faculdade.

Na exposição feita à Itaipu, a Funefi traçou seus objetivos e também evidenciou os problemas que enfrenta para atingi-los entre os quais estão a falta de instalações, de equipamentos e de espaço físico. A Fundação foi criada pela lei municipal n. 946, de 21 de setembro de 1977 e seus estatutos foram aprovados pelo decreto municipal n. 2.615, com a fixação dos seguintes objetivos: "promover a educação em todos os níveis e graus, a educação de base e a educação permanente; estimular a elaboração de programas globais de educação e cultura, destinados a atender as necessidades do município; manter e/ou incorporar estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus; incentivar a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as diversas atividades e empreendimentos públicos e privados; destinar recursos para estudos e pesquisas nos domínios da ciência e da educação".

Os objetivos são tão ambiciosos quanto difíceis de alcançar, especialmente quando se trata de uma instituição principiante e praticamente sem patrimônio algum.

Por outro lado, em setores sem ligação com a Funefi ou a Facisa, estavam tomando corpo a ideia da criação de uma universidade que se instalasse no Conjunto Habitacional "A" de Itaipu, caso esta cedesse para o município as instalações tão logo não as utilizasse mais. Mas a proposta se espalhava de modo atabalhoado, ridículo e contraproducente, capaz mesmo de comprometer qualquer esforço sé-

rio no sentido de obter de Itaipu alguma compensação por tudo o que Foz do Iguaçu ofereceu à construção da Hidrelétrica.

A intervenção da Funefi nesse ponto das reivindicações de Foz do Iguaçu dá, ao menos, a correta medida das pretensões e situa com racionalidade os passos possíveis rumo à ampliação das atividades da Facisa.

Ao mesmo tempo em que historiava suas atividades e apresentava sua programação futura, no "documento proposta" endereçado ao diretor geral da Itaipu, Costa Cavalcanti, a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu formulava o pedido: "A direção da Funefi, para dar cumprimento a seus objetivos, que representam os anseios da comunidade iguaçuense, vem lutando para possuir uma estrutura, e, também, prédio e equipamentos que permitam dar a seus alunos uma formação em igualdade de condições com aqueles que fazem seu aprendizado em outros centros culturais mais adiantados.

"Por essa razão — prossegue o documento —, a Funefi, tendo conhecimento que em ocasião oportuna serão decrescidas as instalações do Colégio Angloamericano, vem solicitar a V. S. lhe seja concedido ocupar, no todo ou em parte, as áreas que ficarão em desuso, bem como algumas residências que venham a tornar-se ociosas".

O documento acrescentou ainda uma espécie de relatório de atividades e responsabilidades da Fundação entre as quais está a criação e manutenção da Associação de Desenvolvimento Educacional de Foz do Iguaçu (ADEFI), entidade que atualmente administra 7 escolas municipais de 1º grau, com um total de mais de 5 mil alunos. Através da Facisa, a Funefi já organizou 4 cursos de extensão universitária e diversas atividades culturais, de modo que "sente-se credenciada a formular o pedido, baseada no princípio comunitário, dando mostras de suas reais condições" — conforme expressão do documento, que concluía:

"É de primordial importância para a Funefi contar com o aproveitamento da infra-estrutura urbana, das instalações e equipamentos deixados pela Itaipu Binacional, para que possa executar os projetos já traçados no Seminário sobre Desenvolvimento da Região do Futuro Lago Internacional, realizado pela Secretaria de Planejamento do Paraná no ano de 1980".

Os projetos a que se referiu a Funefi abrangiam "um centro de capacitação e formação profissional nas áreas de Turismo, Hotelaria, Comércio Exterior e Meio Ambiente; utilização dos equipamentos técnicos de hospitais e laboratórios de concreto, hidráulica e solos, para a cria-

ção do Centro Internacional de Terminabilidade Profissional nas áreas das ciências de engenharia, biomédicas, geológicas e de eletricidade".

O documento foi enviado à direção geral da Itaipu pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e continha 28 assinaturas de pessoas e representantes de diversas entidades: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Igreja, Sindicatos, partidos, clubes de serviço, OAB, União Árabe, Lo-

ja Maçônica Manoel Ribas, Acifi e clubes recreativos.

Itaipu não respondeu ainda, mas é difícil para a comunidade de Foz do Iguaçu imaginar que a solicitação não seja atendida, pois esta é uma das poucas propostas viáveis e concretas surgidas no debate em torno do futuro do Município, além de se constituir até mesmo em alívio para Itaipu, que não tem ao que se sabe, outra destinação projetada para o que a Funefi pede em nome da comunidade.

Lágrimas na despedida do pastor Fuchs

Com um culto, muitas lágrimas e um almoço de confraternização o povo de Santa Helena e da região despediu-se do pastor Werner Fuchs, no dia 11 de julho. Cerca de 500 pessoas concentraram-se na Paróquia Evangélica de Santa Helena para deixar seus reconhecimentos pelo trabalho pastoral desenvolvido por Fuchs nos três anos em que permaneceu no Oeste do Paraná. Reuniram-se os fiéis da Paróquia, líderes do Movimento Justiça e Terra e inúmeros desapropriados por Itaipu, deputados, padres, pastores e agentes pastorais. Dom Olívio A. Fazza, bispo de Foz do Iguaçu, que participou de muitas lutas populares e de muitas atividades pastorais junto com o pastor Fuchs, também participou das homenagens e da despedida.

Werner Fuchs assumiu a Paróquia de Santa Helena em outubro de 1979 e, desde então, destacou-se como grande líder popular tanto a nível de sua missão religiosa e espiritual como a nível de engajamento nos problemas sociais das comunidades em que atuou. Sem ele, seguramente os movimentos de agricultores acontecidos nos últimos anos não teriam tido a força e a seriedade que tiveram, muito menos teriam atingido os objetivos que atingiram. Especialmente os desapropriados por Itaipu não esqueceram jamais a extraordinária contribuição que receberam do pastor Werner Fuchs.

O grande número de pessoas presentes na despedida e o sentimento com que se manifestaram deram a dimensão da estima conquistada pelo Pastor em sua luta junto ao povo da região. Durante o culto celebrado na ocasião a maior parte dos presentes chorou, enquanto um jovem lia quase soluçando um texto carregado



Pastor Fuchs: Missão cumprida.

de emoção.

Três motivos determinaram a saída do pastor Fuchs: sua própria opção, o convite que sua Igreja lhe fez para que fosse trabalhar na Faculdade de Teologia de São Leopoldo (RS) e problemas oculares bastante delicadas, que obrigam a um tratamento com especialistas em Porto Alegre.

Missão cumprida? Certamente, sim. Mas o povo queria que ele continuasse à frente da Paróquia e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Não foi possível. Em todo caso, o pastor Werner Fuchs e sua esposa Úrsula saem de uma região que ajudaram a transformar e deixam um campo de trabalho que marcaram com inteligência, abnegação e o mais autêntico espírito cristão e humano.

GRUPO UNIVERSAL

CONFIE EM QUEM LHE OFERECE O MELHOR

AUTO PEÇAS UNIVERSAL	COMERCIO UNIVERSAL DE PNEUS	FERRAGENS UNIVERSAL	EXP. DE PNEUS E BATERIAS	POSTO UNIVERSAL
RETIFICA, PINTURAS, CHAPEAÇÃO, CONSER- TOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GE- RAL. REPRESENTANTE DOS PNEUS, PIRELLI, GO- ODRICHE, BATERIAS DUREX.	BORRACHARIA COM MÁQUINA HIDRÁULI- CA ESPECIAL PARA RODA DE MAGNÉSIO. ALINHAMENTO ELE- TRÔNICO. REGULA- GEM DE MOTOR COM GARANTIA DE 3.000 KM.	TINTAS AUTOMOTIVAS PARAFUSOS E FERRA- MENTAS DE VÁRIAS ESPÉCIES. LINHA COMPLETA DE MATERIAIS DE PINTU- RAS.	COMPRESSORES MACACOS, MOTOSER- RAS, BOMBAS DE ÁGUA, MOTORES ELÉ- TRICOS, ETC.	LAVAGENS LUBRIFICAÇÃO PULVERIZAÇÃO TROCA DE ÓLEO E POLIMENTO

Av. Juscelino Kubitschek, 1646 - em frente o BORDIN

FOZ DO IGUAÇU

PARANA

ESTA MULHER VIVEU 13 ANOS NAS MASMORRAS DA DITADURA PARAGUAIA

**TORTURAS,
RATOS,
MULHERES E
CRIANÇAS,
JOVENS E VELHOS,
SAPOS, BARATAS E
MOSQUITOS —
TODOS NA
MESMA CELA.**



Saturnina Almada: coragem, força e abnegação.

A LUTA NA FÁBRICA, NO SINDICATO E NO PARTIDO

Nasci no campo e fiquei órfã muito cedo. Minha avó me criou. Depois fui morar em Assunção com uma estancieira que me ensinou muita coisa. Cursei o segundo grau e, com 20 anos de idade, em 1946, comecei a trabalhar na indústria têxtil "Textilia Gomero", no Bairro Mariscal Lopes.

Quando comecei a trabalhar havia apenas 25 empregados, mas rapidamente a fábrica cresceu. Nos deram máquinas novas e aumentaram o número de empregados para 50. Trabalhávamos sem contrato e sem nenhum amparo legal. Nossos salários só eram aumentados quando protestávamos. Recebíamos por metro de tecido fabricado, não por dia ou por mês. Isso despertou minha consciência, porque nos pagavam uma miséria. Um dia fui comprar um metro de tela e o preço que paguei correspondia a um dia de trabalho nosso na fábrica. Então disse comigo: Eu faço 42 a 44 metros de tela por dia, mas me pagam o equivalente a um metro. Expliquei às colegas esta situação e fui chamada pelo dono da fábrica, que me repreendeu e quis me convencer de que não podiam pagar mais devido aos custos da matéria prima, da administração, comercialização, impostos. Falava só ele dizer que tinha prejuízos com a fábrica. Disse a ele que no começo havia 25 máquinas de tear e que já estava com mais de 50; foi construído um escritório; o prédio foi aumentado para dois andares; as empregadas passaram a ter guarda-roupa e refeitório. Apontei o progresso da empresa e disse ao dono que se não fosse o nosso trabalho e se ele não tivesse grandes lucros não poderia ter progredido daquela maneira.

"FAZIA UNS 44 METROS POR DIA. ME PAGAVAM O EQUIVALENTE A UM METRO. ISSO DESPERTOU MINHA CONSCIÊNCIA E VI QUE O PATRÃO ESTAVA EXPLORANDO".

Tínhamos um sindicato e eu fazia parte da diretoria. Sempre fazíamos nossos protestos e reivindicações através do sindicato. Mas naquele dia chamaram somente a mim e tentaram me convencer de que eu estava equivocada, que não era bem assim como eu dizia. Pouco depois nos deram um pequeno aumento de ordenado. Era por volta de 1947/48, quando a situação política do Paraguai estava muito instável e conturbada, embora houvesse mais liberdade que na era Stroessner.

OS PRIMEIROS DISSABORES

O patrão insistia comigo para que não criasse problemas, já que eu era ótima empregada e dava boa produção. O que mais o irritava era o nosso trabalho de organização e conscientização. Fiquei 13 anos nessa fábrica. Fizemos várias greves, mas nunca fomos reprimidas pela polícia.

Quando os integrantes do Partido Colorado se dividiram em duas facções (os democratas e os seguidores Gurion de Rojo), começou a luta dos trabalhadores com os Colorados. Os Guioneros rojos entraram na fábrica e queriam forçar a despedida de todos os que não fossem Colorados. Eu era uma das poucas que eram coloradas. Havia muitas mulheres humildes, com filhos, cujos pais os haviam abandonado (situação comum no Paraguai). Essas mulheres trabalhavam para sustentar os filhos, mas os dirigentes do Partido Colorado começaram a suspender-las no trabalho. Houve uma reunião do Partido e eu protestei contra aquele procedimento. Eu era delegada do bairro no Partido Colorado. Um membro me repreendeu. Respondei que, sendo colorada, tinha o dever de protestar contra as suspensões e demissões injustas.

"OS INTEGRANTES DO PARTIDO COLORADO ERAM FASCISTAS, REACIONÁRIOS. PRENDIAM NA RUA OU EM QUALQUER LUGAR OS QUE ESTAVAM CONTRA ELES."

Colaborava com o Partido, mas comecei a me afastar diante desses fatos e porque, quando fazíamos promoções para arrumar fundos, os dirigentes não prestavam contas da arrecadação e da aplicação dos recursos levantados.

Tanto eu como minhas colegas pouco ou nada entendíamos de política. Eu queria defender minha classe, mas o partido era contra. Então fiquei confusa.

Os integrantes da facção colorada "guioneros rojos" eram fascistas, reacionários. Prendiam na rua e em qualquer lugar os que estavam contra eles.

Fizemos então uma greve pelas companhias suspensas ou dispensadas injustamente e nos ameaçaram de demissão coletiva. Mas o patrão não estava de acordo porque teria que contratar empregadas novas, sem experiência, e que isso seria um atraso para a fábrica. Recebemos muitas ameaças de autoridades policiais. Havia outros setores em greve e a situação estava bastante crítica, com a sucessão de golpes de estado e contra-golpes.

Nessa primeira greve, vencemos. Conseguimos maiores garantias no emprego e também melhores salários. Depois fizemos outra greve e eu fui apontada como líder, agitadora, comunista. Prenderam-me, mas o comissário me deixou escapar. Era o ano de 1948.

Havia muita repressão e perseguição comandadas pelos Colorados. Atacavam principalmente à noite. Como eu era perseguida, pedi ao patrão para que não me fizesse trabalhar à noite. Ele concordou, mas os colorados disseram que eu não ia trabalhar e incitava as outras empregadas a também não irem trabalhar.

Quando fui presa por causa de nossa segunda greve, um policial parente meu conseguiu tomar conta do meu caso, afastando outros que não iriam me soltar mais. O comissário disse que não sabia o porquê de minha detenção. Meu parente quis saber por que mandaram policiais armados de fuzis para prender-me se o comissário nem sabia os motivos. Disseram que havia uma ordem de prisão, sem formulação de motivos. Meu parente disse-me que eu estava lá em vão e me levou à chefia central da polícia. Lá disseram que eu era comunista. Meu parente negou e disse que punha a mão no fogo por mim e que tudo não passava de calúnias. Esse meu parente tinha influência porque era um dos

Essa matéria é mais um capítulo na história de horrores que o general Alfredo Stroessner precisou montar como forma de sua sustentação no poder despótico por ele mesmo implantado no Paraguai há 28 anos.

A ferocidade com que o regime de Stroessner sempre atacou seus adversários políticos ou adversários do sistema está entre o que se conhece de mais bárbaro nas ditaduras latino-americanas, e o relato desta reportagem é mais uma entre tantas marcas registradas de regimes como o paraguaio.

Saturnina Almada está hoje com 55 anos de idade. Nasceu no campo e ficou órfã na infância. Casou, teve um filho, perdeu o filho também e depois perdeu o marido. Voltou a casar, mas em seguida, ela e seu marido foram presos. Ficaram encarcerados durante 10 anos sem formulação de culpa, sem processo e sem julgamento. Passaram um ano em liberdade e voltaram aos cárceres de Stroessner.

O marido de Saturnina continua preso, mas ela foi libertada e em seguida desterrada. A polícia paraguaia entregou-a à Polícia Federal brasileira em Foz do Iguaçu, de onde rumou para São Paulo e de lá para a Europa. Em sua passagem por Foz do Iguaçu, "Tina" relatou para "Nosso Tempo" o calvário por que passou nas masmorras da ditadura paraguaia.

integrantes da facção colorada de Guiones rojo, e conseguiu que não me molestassem mais por uns 6 meses.

O Partido Comunista era legal no Paraguai, mas foi posto na ilegalidade ainda antes de Stroessner tomar o poder. Numa outra greve que fizemos, quando estávamos sentadas na rua, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Volta Gaona, veio e me acusou de agitadora e comunista. Pedi que suspendessem imediatamente a greve. Culpou a mim pela greve, e então eu disse que a partir daquele momento não seria mais colorada e que iria defender as trabalhadoras, enquanto ele reprimia. Peguei o documento de filiação ao Partido Colorado, rasguei e joguei na rua. A maioria nos apoiava, mas já começavam as prisões e o medo.

Não fui despedida da fábrica. Continuamos a lutar por melhoras e conseguimos progressos. No sindicato trabalhei com mais força, sem precisar prestar contas ao Partido Colorado. Também não me tiraram do sindicato. Quem pertencia ao sindicato não podia ser despedido do emprego. Só quem pertencia ao sindicato tinha contrato de trabalho.

Lutamos por melhores condições de trabalho. Conseguimos ambiente mais salubre, mais tolerância de horário, um adicional de 50 por cento às que trabalhavam de noite e outras pequenas conquistas. Antes, quem chegasse um minuto atrasado não podia entrar na fábrica e tinha que voltar para casa, perdendo um dia de trabalho e de ordenado. Para que não faltássemos, instituíram um pequeno prêmio mensal e quinzenal para quem não faltasse ao trabalho nem um dia. Ocorriam muitas suspensões e eu fui diversas vezes suspensa, acusada de agitadora.

"QUANDO O STROESSNER TOMOU O PODER AS REUNIÕES NO SINDICATO PASSARAM A SER ACOMPANHADAS PELA POLÍCIA".

Depois que Stroessner tomou o poder, em 1954, as reuniões do sindicato eram acompanhadas pela polícia e começaram muitas intrigas. Um dia, vendo que não tínhamos mais condições de sustentar o sindicato com um mínimo de independência e liberdade, eu disse ao secretário geral que ia me desligar da entidade. Ele me preveniu que, se sísse seria despedida do emprego.

Quando percebi que, definitivamente, o sindicato era inútil devido à repressão e ao seu atrelamento ao regime policialesco, me desliguei. Três dias depois, fui despedida do emprego. Entrei naquela fábrica em 1946 e saí em 1958. Já estava com mais de 30 anos e ficava difícil arrumar outro emprego.

Fiquei uns tempos trabalhando em casa, até que vim para o Brasil e fui trabalhar em São Paulo, onde havia muitos paraguaios, saídos do meu país devido a perseguições políticas e a falta de mercado de trabalho. Começamos a nos organizar e discutir nossa situação em São Paulo. No início houve algumas dificuldades de entendimento porque alguns achavam minha linguagem muito de esquerda. Fiquei um ano e meio lá. Em São Paulo conheci este que agora é meu marido, que continua preso no Paraguai. Voltei ao meu país, mas, como não encontrei trabalho, uma amiga me convidou para ir trabalhar em Buenos Aires, onde havia uns 500 mil paraguaios, bolivianos, chilenos vivendo em péssimas condições. Trabalhei numa casa como go-

vernanta. O namorado que havia conhecido em São Paulo veio a Buenos Aires também. Procuramos fazer trabalhos de organização nos bairros pobres onde se amontoavam paraguaios e latino-americanos em geral. Fazíamos campanhas para arranjar dinheiro para os familiares de presos políticos do Paraguai.

"OS PEQUENOS AGRICULTORES PERDEM SUAS TERRAS, SOFREM PERSEGUIÇÕES, SÃO PRESOS E SOFREM VIOLÊNCIA ARMADA."

Em 1966 fui convidada a participar de congressos de trabalhadores no exterior e viajei por diversos países, já com meu marido, Alfonso Silva. Passamos por diversos países da América Latina e Central. Voltamos à Argentina e começamos a pensar que não estava certo continuar fora do nosso país.

Embora sabendo que uma espada pendia sobre nossas cabeças voltamos ao Paraguai, em outubro de 1967. Os colorados tentaram nos ganhar novamente para o partido. Queriam que eu fizessem parte do grupo das damas coloradas, mas não aceitei.

No dia 28 de janeiro de 1968 prenderam a mim e a meu marido. Certamente a polícia paraguaia acompanhava nosso trabalho em São Paulo, Buenos Aires e na viagem que fizemos pelos países da América. Havíamos tido ótimas experiências em contato com organizações de trabalhadores em diversos países, especialmente na Argentina, onde na época a Confederação General del Trabajo (CGT) era muito forte, e no Paraguai sonhávamos com organizações assim. Em relação aos demais países latino-americanos, o Paraguai estava atrasadíssimo em matéria de organizações populares. Predominava uma estrutura agrária feudal, tomada pelo latifúndio. O processo de concentração de terras e de riquezas avançou muito nestes últimos anos. Os pequenos agricultores perdem suas terras, sofrem perseguições, são presos e sofrem violências armadas. Hoje o pobre vive cada vez mais degradado no Paraguai. Mesmo na cadeia, pude observar a decomposição do povo.

"HOJE O POBRE VIVE MAIS DEGRADADO NO PARAGUAI. OS CÁRCERES ESTÃO LOTADOS DE ESTRUPADORES, LADRÕES, TRAFICANTES, FALSÁRIOS"

As evidências da degradação são claras: a família está decomposta. É assustador o número de mães solteiras ou que têm filhos com diversos homens, que abandonam o lar. O desemprego é outro fator novo dentro do país, surgindo daí um enorme contingente de vendedores ambulantes, que enchem as ruas de Foz do Iguaçu. Os cárceres do Paraguai estão cheios de delinquentes de toda espécie - esturpadores, ladrões, traficantes, falsários, estelionatários, passadores de cheques sem fundo... Tudo isso é gerado pelas estruturas desumanas, anti-sociais, que vêm de tempos remotos e que se aprofundaram violentamente na era Stroessner.

O povo paraguaio nunca teve oportunidades duradouras para organizar-se. A menor tentativa sempre foi sufocada ao surgir, especialmente depois que Stroessner tomou o poder. E foi dentro desta estratégia que fui presa.

Eu e meu marido montamos uma alfaiataria em Assunção. Mal tínhamos começado, fomos presos, sob a acusação de que voltamos ao país para organizar o Partido Comunista.

10 ANOS PRESA SEM JULGAMENTO

Já era noite. Meu marido havia saído e eu estava deitada, quando um grupo de soldados invadiu nossa casa. Chegaram com a mais extrema brutalidade. Apontaram-me uma metralhadora e perguntaram onde estava meu marido. Disse-lhes que saíra. Reviraram a casa inteira em busca de dinheiro, literatura e documentos subversivos — sem encontrar absolutamente nada, porque nada tínhamos. Tudo o que encontravam de pequeno e que tivesse algum valor iam embolsando. Roubaram muitos presentes, muitas lembranças que recebemos em nossas viagens. Deixaram a casa completamente revirada. Pareciam uns animais. Quebraram móveis, rasgaram colchões. Foi um desastre. Levaram-nos a metade das coisas. Certamente esperavam encontrar armas, material subversivo e dinheiro, mas não encontraram nada disso.

Pediram-me que os acompanhasse. Meu marido já tinha sido levado e torturado. Certamente prenderam-no quando voltava para casa. Na comissaria tomaram tudo o que eu levava — anel, carteira, relógio, documentos. Nunca mais devolveram. Eram 8 horas da noite do dia 28 de janeiro de 1.968.

JÁ ERA NOITE QUANDO UM GRUPO DE SOLDADOS INVADIU MINHA CASA. ESTAVAM ARMADOS COM METRALHADORAS. QUEBRARAM TUDO E USARAM A MAIS EXTREMA BRUTALIDADE. PARECIAM ANIMAIS.

Naquela noite fui torturada pela primeira vez. Num quarto imundo interrogavam-me e me aplicavam violentas palmadas nos ouvidos, tiraram minha roupa, amarraram minhas mãos e meus pés e aplicavam o afogamento dentro de uma banheira com água podre. Mergulhavam minha cabeça na água e só me erguiam quando minha resistência estava no fim.

Queriam saber quem me mandou voltar ao Paraguai, o que viera fazer, quais minhas ligações... Eu nada disse porque nada havia a dizer nesse sentido. Queriam que eu confessasse que tinha estado em Moscou. Acontece que encontraram comigo uma foto da Checoslováquia.

Aquela primeira sessão de tortura durou meia hora. Levaram-me de volta à comissaria e me puseram de pé contra a parede. Cada um que passava por mim dava bofetões porque eu estava exausta e quase dormia em pé.

Naquela mesma noite percebi que meu marido estava lá também e que o haviam torturado. Gritei para ele. Pediu que me tranquilizasse porque éramos inocentes. Soube depois que o haviam levado a um pátio, lhe puseram algemas e aplicaram-lhe torturas mais violentas que as impostas a mim.

Uma hora depois levaram-me novamente à sala de tortura, dizendo que eu tinha que confessar tudo, pois não adiantava esconder e que meu marido já contara tudo, o que não é verdade, mesmo porque não tínhamos nada a contar. Queriam que eu tirasse a roupa e eu não aceitei. Então rasgaram completamente minhas vestes. Puseram-me novamente no tanque para a sequência de afogamentos. Diziam que se não confessasse seria submetida a choques elétricos, seria fuzilada e assim por diante. A tortura era física, psicológica e moral.

Depois daquela nova sessão, pude ver meu marido, que já não podia mover-se de tanto que havia apanhado. Nunca vou esquecer isto: Trazia meu marido de arrasto, porque não podia mais caminhar. Estava todo arrebatado. San-

grava muito. Tiveram que levá-lo a uma policlínica, senão penso que teria morrido.

Enfim, puseram-me numa cela onde permaneci 22 dias, incomunicável.

Passaram-me então à Comissaria de Chacarita, presídio onde fiquei um ano e sete meses junto com três senhoras que estavam ali há um ano e meio, dois anos. Uma estava lá há três anos e isso me deixou apavorada.

No presídio de Chacarita fizemos uma greve de fome de um mês. Uma das senhoras era Idalina Caona, que em 65 foi torturada durante 22 dias. Hoje ela está em liberdade, mas está quase louca por causa de tudo o que passou.

Devido aos violentos bofetões que me deram nos ouvidos, eu sinto permanentemente um ruído incômodo em meu ouvido direito.

NA POLÍCIA, TIRARAM MINHA ROUPA, ME APLICARAM PALMADAS NOS OUVIDOS, AMARRARAM MINHAS MÃOS E MEUS PÉS E COMEÇARAM A SESSÃO DE AFOGAMENTO NA ÁGUA PODRE.

Em Chacarita sofremos muita tortura psicológica. O comissário não nos deixava um dia tranquilas. Um dia proibia de sentarmos uma ao lado da outra e exigia que ficassemos de costas uma para a outra; outro dia, não deixavam sentar na cela; outro dia obrigavam-nos a nos aglomerar num canto, depois no outro. Se um objeto estava num canto mandavam colocar no outro. Tiravam os pregos onde pendurávamos nossas roupas, roubavam os objetos com os quais fazíamos algum trabalho manual. Não deixavam conosco nenhum pedaço de papel, nem lápis. Fazíamos crochê e nos roubavam o material ou as peças prontas.

Nunca pudemos escrever qualquer coisa para nossos parentes. Nunca lemos uma linha sequer porque nada entrava na cela. Às sextas-feiras recebíamos visitas por 5 minutos, mas muitas vezes não deixavam as visitas entrarem. Quando vinham era acompanhadas por dois guardas, que ouviam tudo o que falávamos. Qualquer objeto que comprássemos ou que nos dessem as visitas era anotado pelos guardas. Anotavam o nome das pessoas que vinham falar conosco e o que diziam também.

MUITAS VEZES NÃO DEIXAVAM A GENTE IR AO BANHEIRO. FAZÍAMOS NOSSAS NECESSIDADES NUMA LATA DE LEITE EM PÓ. DORMÍAMOS NO CHÃO ÚMIDO, SEM COLCHÃO E SEM COBERTOR. ÉRAMOS EM 5 NUMA CELA DE 6 METROS QUADRADOS.

Não havia banheiro dentro da cela, então nos deixavam sair só duas vezes por dia para nossas necessidades. Davam 15 minutos para tomar banho, fazer as necessidades e lavar as roupas. Era uma latrina que dava para uma sanga que passava perto do presídio. Para as necessidades fisiológicas usávamos vasos de leite em pó na cela. Tomávamos banho e lavávamos a roupa na mesma água suja.

Numa noite de temporal e chuva forte, o córrego que passava rente à nossa cela aumentou muito e, de repente, ouvimos um ruído de desmoronamento. Percebemos que as paredes da cela estavam para demoronar. Gritamos e vieram uns guardas que nos levaram para uma pequena peça. Por volta da meia noite fomos levadas para o presídio Fernando de la Mora. Naquela noite a cela onde estávamos em Chacarita demorou completamente. Se tivéssemos ficado lá, talvez teríamos morrido sob os escombros, ou teriam nos matado sob acusações de que demolimos a cela para fugir.

Era novembro de 1969. Em Fernando de la Mora tiraram três presos que davam a impressão de terem saído do meio do mato ou das montanhas. O ambiente era horrivelmente sujo. Ficamos mais contentes porque não havia guardas na porta. Os guardas eram uns soldadinhos. Os oficiais, porém, vinham correndo olhar às es-



QUERIAM QUE CONFESSASSE QUE FUI A MOSCOU PORQUE ACHARAM COMIGO UMA FOTO DA CHECOSLOVÁQUIA

condidas para nós, como se fôssemos alguma espécie de animal raro.

No dia seguinte pedimos para limpar a cela. Disseram que sim, mas enrolaram e ficamos muito tempo sem poder limpar.

Tínhamos uma latrina dentro da cela. Sempre dormíamos no chão úmido, sem cobertas, sem colchão. Não permitiam que os amigos trouxessem coisas porque diziam que a cela iria ficar cheia de objetos. Era uma cela de 2 metros e meio por 3, e lá estávamos 6 pessoas. Havia a porta, sempre fechada, e uma minúscula janelinha no alto, de modo que a cela ficava completamente sem ventilação. No verão, quando a temperatura em Assunção está quase sempre acima dos 40 graus, sofriamos horrores. O teto do presídio era baixo e o sol batia diretamente na porta do calabouço. O calor era terrível. Quando podíamos, molhávamos panos na água e os colocávamos ao redor da cabeça e do pescoço.

Muitas vezes não nos davam comida. Outras vezes vinham com as panelas vazias para nos dizer que a comida não alcançou para todos. Passamos muita fome e sede, além da falta de higiene, pois não tínhamos água suficiente para beber muito menos para tomar banho e lavar a roupa.

Havia na cela baratas, muitos mosquitos e insetos. Frequentemente os ratos e sapos se misturavam conosco. Quando fazia frio, colocavam água imunda, podre e fria num tanque e obrigavam-nos a tomar banho a qualquer hora do dia ou da noite.

Ficamos muito tempo bebendo da mesma água que usávamos para lavar roupa e tomar banho. Depois começaram a trazer um balde de água por dia. Bebíamos o mínimo indispensável para que sobrasse um pouco para nossa higiene.

Reclamamos muito e prometemos aos guardas que iríamos tentar fugir. Dissemos que se nos tratassem bem não fugiríamos, mas, se era para viver naquelas condições, pouco nos importava se, na tentativa de fuga, nos matassem. Os guardas perceberam que o lugar era realmente precário e nos mudaram de lá para outra comissaria, onde havia um chuveiro na cela, embora tivéssemos que tomar uma água 95 por cento insalubre. Havia um poço com uma bomba velha que quase sempre estava quebrada e nos deixava sem água. No começo ficamos contentes na nova cela porque era maior e tinha mais ventilação. Mosquitos e insetos eram um inferno aí também.

Não permitiam ainda rádio ou leitura. Fiquei 6 ou 7 anos sem ler absolutamente nada.

Numa época deixaram um radiozinho na cela, mas só dava para sintonizar uma rádio, aquela que só transmite o que o governo diz e faz. Ouvíamos a voz do coloradismo todos os dias e podíamos perceber o que se passava na política paraguaia.

Nesses anos todos não tínhamos qualquer assistência, nem mesmo jurídica. Só os parentes mais próximos podiam nos visitar. Nós estávamos sequestradas, porque não havia processo contra nós, não havia decisão judicial alguma. Estávamos jogadas nas comissarias onde vivem os presos comuns.

Nos últimos anos, o chefe de polícia arrumou uma sala grande onde fazíamos trabalhos manuais, bordados, tricô.

Passei por três prisões — a de Chacarita, Fernando de la Mora e uma comissaria chamada Segunda. Depois desta voltamos a Fernando de la Mora, e por último, ficamos num campo de concentração, chamado Emboscada, sempre nos arredores de Assunção. Quando voltamos a Fernando de la Mora já havia lá mais de 20 senhoras presas, em duas celas. Nesta prisão, uma mulher deu a luz a um filho. Foi levada em um hospital e três dias depois voltou à cela com a criança. Esta mulher também foi levada ao campo de concentração. Saiu de lá com a criança três anos depois. Várias mulheres estavam presas com crianças porque a polícia paraguaia costuma prender famílias inteiras. A presença de crianças no cárcere, por outro lado, era uma distração e uma espécie de conforto afetivo para nós. Em 1975 havia três senhoras grávidas na prisão. Uma delas foi barbaramente torturada durante a gravidez. Estava com o corpo todo marcado. Uma mulher abortou sob torturas.

Em 1973 recebemos uma visita da Cruz Vermelha Internacional. Para a visita, nos deram cama, arrumaram e limparam todas as celas para transmitir a impressão de que éramos bem tratadas, mas nós contamos detalhadamente o tratamento que recebíamos. A visita da Cruz Vermelha e as denúncias que fizemos chegar a pessoas e entidades ajudaram a melhorar as condições carcerárias.

UMA MULHER FOI TORTURADA DURANTE 22 DIAS. HOJE ESTÁ EM LIBERDADE, MAS QUASE LOUCA. OUTRA ESTAVA GRÁVIDA E FOI BARBARAMENTE TORTURADA ATÉ QUE ABORTOU. TEVE UMA QUE DEU A LUZ NA CELA E SÓ SAIU DE LÁ QUANDO A CRIANÇA TINHA 3 ANOS.

Havia também uma organização de defesa dos direitos humanos no Paraguai, que nos ajudou um pouco.

A Cruz Vermelha disse que não podia fazer nada por nossa libertação. Apenas queria cuidar de nossa saúde, condições de higiene e conforto. Mandaram-nos remédios, ventilador e conseguiram que abrissem janelas maiores.

Um ano depois, a Cruz Vermelha voltou a nos visitar, quando pedi para me comunicar com meu marido, que também continuava preso. Depois que a Cruz Vermelha saía, os guardas diziam: "Você pensa que com as denúncias que fazem vão sair daqui ou vai mudar alguma coisa? Estão muito enganadas".

Manifestamos à Cruz Vermelha nossa preocupação com as constantes torturas praticadas contra presos políticos e presos comuns nas comissarias. Contamos detalhadamente o que se passava com os presos. A Cruz Vermelha falou com o comissário e o chamou à responsabilidade. Ele procurou iludir a Cruz Vermelha, mas não conseguiu. Depois nos ameaçou porque havíamos denunciado tudo.

A Igreja nunca se interessou por nós e pelos outros presos. Só em 1976, quando foi criado o "Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia", a Igreja começou a nos ajudar. Um dia veio à cela o monsenhor Aquino, e me perguntou, desde quando eu havia me afastado da Igreja. Respondi que eu não me afastei, mas a Igreja se afastou de nós, e que eu ficara 8 anos presa num calabouço imundo, com muitas necessidades, mas nunca senti a mão da Igreja.

**GRANDES OFERTAS
DAS FÉRIAS DE JULHO!
PARA VOCÊ APROVEITAR
E LUCRAR EM TUDO!**

HM HERMES MACEDO
DO RIO GRANDE AO GRANDE RIO

**PREÇOS ESPECIAIS
COM AS MAIORES
FACILIDADES DE
PAGAMENTO!**

CINISMO TERRORISTA DE PASTOR CORONEL

Falta relatar o que se passou no campo de concentração de Emboscada. Numa manhã, na comissaria de Fernando de la Mora, ordenaram que juntássemos nossas coisas para sair, sem dizer para onde. Disseram-me que iria ver meu marido. Fazia 8 anos e 8 meses que não o via. De fato, levaram-nos ao campo de concentração e me encontrei com ele. Ao todo havia perto de 400 pessoas. Estávamos no pátio e vi meu marido de longe. Chamei-o e ele veio ao meu encontro. Os outros diziam que aquele era "o encontro do século".

Em Embosca, no começo nos levavam ao pátio por uma hora, nem todo os dias. Ao redor, uma muralha de altíssima — uma verdadeira fortaleza.

DEPOIS DE 8 ANOS REENCONTREI MEU MARIDO NO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE FERNANDO LA MORA.

Não aconteceram mortes nos cárceres no tempo em que fiquei presa, mas depois de sair da cadeia muitas pessoas morreram. Há pessoas que morreram na tortura, é claro, como já é do conhecimento geral. E outras morreram ou se suicidaram depois que saíram do cárcere.

No campo de concentração as condições eram mais ou menos idênticas às dos outros presídios e comissarias. A água era escassa e suja. O calor, insuportável; o frio, também. Em certa época queiram submeter os homens a trabalhos forçados, fazendo-os carregar pedras. Muitos se submeteram por medo ou para agradar os chefes. Os que tinham mais tempo de cadeia se recusaram a trabalhar e mostraram aos mais novos e fracos que também não deveriam aceitar os trabalhos forçados. Depois fizeram muitos trabalhar em hortas nas proximidades do campo de concentração. Os policiais queriam convencer-nos de que iriam pagar uma porcentagem sobre a produção, mas não acreditamos e procuramos convencer a todos de que devíamos nos organizar e trabalhar dentro da prisão. Pa-

ra que trabalhar na horta se isso só servia para dar lucro aos oficiais e guardas? Ademais, trabalhar fora significava um perigo, porque os que saíam eram acompanhados no trabalho por soldados armados de metralhadora. Nosso medo era de que, alegando tentativa de fuga, nos matassem. Isso já ocorreu, então não caímos na armadilha.

No começo estávamos muito mal. Faltava tudo. Água suja, como sempre. E pouca.

HÁ UMA COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DE ORDEM POLÍTICO-SOCIAL ENTRE AS DIVERSAS DITADURAS MILITARES DA AMÉRICA LATINA QUE TROCAM PRISIONEIRO E FAZEM ESPIONAGEM NOS PAÍSES VIZINHOS.

Estamos em 1.976. Surgiu o "Comité de Iglesias", que passaria a nos prestar ajuda jurídica e solidariedade.

Quero informar também que muitos haviam sido presos na Argentina depois do golpe do general Videla, bem como em Foz do Iguaçu e outras partes do Brasil, e recambiados ao Paraguai através de cooperações clandestinas entre os organismos policiais desses países. Eram sequestrados. Não se formulava acusação ou processo judicial. Muitos desses que eram presos em outros países desapareceram. Devem ter sido mortos pelo caminho. Há uma cooperação transnacional de ordem político-policial entre as diversas ditaduras militares da América Latina, que trocam clandestinamente presos políticos e realizam serviços de espionagem dentro dos países vizinhos.

Havia na prisão conosco uma senhora que fora presa na Argentina e cujo marido fora assassinado pela polícia.

Em 1.975 houve alguns levantes de camponeses. Muitos foram mortos, outros tantos foram detidos e torturados barbaramente. Gente jovem. Nós víamos no presídio o rasto das torturas. Os camponeses saíam das sessões de tortura, passavam por nós acompanhados dos policiais e diziam que nada haviam sofrido — só para não serem torturados novamente. Os torturadores enchiam-nos de ameaças.

Nos interrogatórios faziam uma verdadeira guerra psicológica: "Vamos matar, vamos fuzilar; aos comunistas vamos fazer uma pocilga..."

Tive uma vez oportunidade de falar com o (atual) chefe geral da Polícia Paraguai, Pastor Coronel. Ele havia forjado um documento, atribuindo-me declarações segundo as quais meu marido "é um animal, um terrorista capaz de matar crianças, velhos, saquear casas e explodir bombas por toda parte para fazer a revolução no Paraguai".



Pastor Coronel prometeu que me ajudaria a sair da prisão se colaborasse com ele. Disse que se eu sásse o Partido Comunista iria me matar por causa de minhas declarações contra meu marido e outros motivos. Prometeu-me que me daria segurança e trabalho. Respondi que não sabia e nunca declarara que meu marido tivesse feito mal a alguém. Pastor Coronel disse então que meu marido nunca mais iria sair da prisão, que eu firmava aí minha sentença e que se um dia sásse não-poderia mais caminhar — o que quase aconteceu, porque faltou pouco para me deixarem parálitica. O que ele quis dizer era que me colocaria por anos e anos dentro de uma cela minúscula e que a falta de movimentos me deixaria imobilizada para o resto da vida.

EM 1975 HOUVE UM LEVANTE DE CAMPONESES. MUITOS FORAM MORTOS, OUTROS BARBARAMENTE TORTURADOS. ENTRE ELES, MUITOS JOVENS.

No começo Pastor Coronel me tratou bem, mas depois me tratou grosseiramente. Relatei a ele que no exterior se dizia que no Paraguai havia torturas e que eu negava, garantindo que tudo não passava de boato infundado. Mas, depois de tudo o que sofri e vi nos cárceres, não podia mais negar. Ele não aceitou e disse que eu não sofrera nada. Se não sofri nada, o que não devem sofrer outros presos então? — perguntei.

Por volta de 78 começaram a soltar presos. Quando alguém era solto, todos lhe fazíamos festa, por mais que fosse frustrante e deprimente ver que nós tínhamos que ficar. Em parte acreditamos que a política do presidente Carter, dos EUA, tenha influído na libertação de muitos presos políticos.

Um dia me chamaram pelo alto-falante e pediram que juntasse minhas coisas. Ninguém

nunca sabe o que vai acontecer quando chamam assim. Levaram-me à Central de Polícia — em 15 de fevereiro de 1978, dez anos e dezessete dias desde que fui presa. Libertaram-me pedindo que me comportasse bem, senão voltariam a me prender.

O PASTOR CORONEL É UM CÍNICO. QUERIA QUE EU DECLARASSE QUE MEU MARIDO ERA UM TERRORISTA, QUE MATAVA CRIANÇINHAS.

Meu marido continuou preso. Foi tirado do campo de concentração de Emboscada porque eu ameaçara fazer nova greve de fome e a Cruz Vermelha conseguiu junto ao presidente Stroessner a remoção dele para outro presídio.

Junto comigo saíram mais 4 pessoas — dois homens que estavam presos há muitos anos (um com 13 anos, outro com 9 anos de prisão) e outros dois camponeses que estavam presos desde 1.975. Ninguém sabia de nossa libertação. Saímos à rua sem destino. Fomos então ao "Comité de Iglesias". Eu não tinha casa, não sabia onde me hospedar. Poderia ter ido para o campo, no interior, mas tinha que ficar em Assunção para cuidar de meu marido que continuava preso. Foram 10 anos e 17 dias de prisão sem processo, sem julgamento e sem formulação de acusação.

Por um lado estava feliz, mas por outro tinha medo porque não sabia o que aconteceria, como iria viver... Fui à casa de um dos que foram libertados comigo. Comecei a trabalhar de cozinheira.

Um mês e meio depois, meu marido também foi libertado e voltou a trabalhar em costura. O "Comité" nos ajudou a comprar um terreno para fazermos nossa nova casa.

Muitos dos que haviam saído da prisão continuavam morando no país, então nós pensamos que também poderíamos ficar.

DIGA BASTA! VOTE

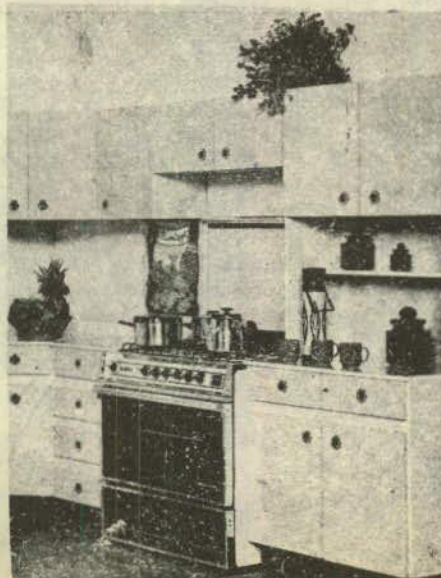
VIDAL
REP. ESTADUAL



"COM O POVO PARA O QUE DER E VIER"

NOVO MUNDO
FOZ

NOVO MUNDO ELETRODOMÉSTICOS LTDA.



Av. Brasil, 891
BEM NO CENTRO DE FOZ

UMA NOVA MENTALIDADE
PARA FOZ E REGIÃO

- MÓVEIS
- CONFEÇÕES
- CAMA
- MESA
- BANHO
- ELÉTRODOMESTICOS

TUDO PELO CREDIÁRIO
ATÉ 20 MESES OU
EM 4 PAGAMENTOS

Atenção! Compre um toca-fitas e ganhe
de brinde 2 caixas de SOM-SHARP

INSTALAÇÃO GRATUITA

VOLTA ÀS GRADES, LIBERDADE E DESTERRO

Um ano e dois meses depois, quando nossa casa estava quase pronta, vieram buscar-nos outra vez. Voltamos à cadeia.

Eu havia visitado Severo Acosta, que estava preso há 15 anos e que estava em greve de fome. Meu marido me alertou de que seria perigoso eu visitar o preso na comissaria. Alguém tinha que fazer alguma coisa por ele. Senti que tinha obrigação de ajudar o companheiro preso. E fui visitá-lo. Semanalmente, durante um ano, eu o visitava e lhe levava alguma coisa. A mãe dele morreu nesse tempo.

'EM 1979 FUI PRESA NOVAMENTE. ESTAVA TRATANDO AS GALINHAS QUANDO CHEGARAM OS POLICIAIS COM SUAS METRALHETAS.'

Então, numa manhã, às 6 horas, 8 de maio de 1979, estava eu tratando umas galinhas quando a polícia veio nos buscar, com metralhetas. Vascilharam a casa, mas não encontraram nada que pudessem nos incriminar.

Desta vez não sofremos torturas físicas, mas muitas torturas psicológicas: interrogatórios intermináveis - das 4 da tarde até às 11 da noite, de madrugada... - ameaças de toda ordem, péssimas condições carcerárias, etc.

No primeiro interrogatório me perguntaram se eu havia ido a Moscou e respondi que sim. Eu havia ido ainda antes da primeira prisão. Perguntaram o que vi. Disse-lhe que tinha visto coisas e que não tinha visto coisas. "Que viu?" - perguntaram. "Esta bem - respondi. Vou dizer o que vi e o que não vi, porque há coisas que se vêem e coisas que não se vêem". "O que quer dizer isso?" - perguntaram irritados. "O que você não viu?"

'PERGUNTARAM O QUE HAVIA EM MOSCOW. RESPONDI QUE LÁ NÃO HAVIA CRIANÇAS DESCALÇAS OU COM FOME; NÃO HAVIA ANCIÃOS PEDINDO ESMOLAS, NÃO HAVIA GENTE SEM TRABALHO...'

— "Não vi crianças descalças nem com fome, não vi crianças vendendo jornais na rua; não vi anciãos pedindo esmolas; não vi gente sem trabalho; não vi enfermos nas portas dos hospitais sem atenção médica ou que saem com a receita na mão sem poder comprar remédios — isso não vi."

Perguntaram então o que vi.

— "Vi que as crianças têm que ir à escola e que se não vão os professores têm que ir em suas casas saber por que não vão. Nas escolas há todos os recursos para as crianças descobrirem o que vão fazer na vida; vi como são cuidadas as crianças se as mães vão trabalhar; vi que nas fábricas os empregados têm grandes refeitórios onde comem sem pagar nada; vi os trabalhadores valorizados como pessoas; o transporte dos trabalhadores é gratuito; em geral, não precisam de transporte porque moram sempre perto do local de trabalho; não vi jovens e prostitutas andando à toa pelas ruas; não vi ladrões soltos; no campo vi plantações extensas como o mar; vi que a igreja existe; vi que o pão é grátis desde 1967; na Rússia, nos últimos 30 anos, os gêneros alimentícios baixam de preço e os salários sobem, como também a carga horária diminui. Aos sábados só se faz trabalho voluntário para ajudar a quem precisa. Vi que todos os que trabalham têm sua casa, podem ir ao teatro, ao cinema, aos parques de diversões. Não há médico que tenha seu consultório particular. Todo médico tem que atender gratuitamente porque tem um salário pago pelo governo. Ninguém é obrigado a pertencer a sindicatos, mas os que pertencem têm mais direitos. Os trabalhadores vão às praias, onde há casas que não precisa pagar para usar."

Relatei isso. Enquanto falava, me olhavam como se fosse um ser extra-terrestre. Disseram-me que na Rússia prepararam tudo aquilo só para me mostrar uma realidade que de fato não existe. Respondi que não iria preparar uma fábrica com 15 mil operários só para eu ver.

Eu estava sendo interrogada numa sala e meu marido em outra. Escreveram tudo o que eu disse e me fizeram assinar o depoimento.

'VEIO UM OFICIAL E ME DISSE UM MONTE DE IMPROPRIOS. JUROU QUE NENHUM COMUNISTA IRIA VIVER NO PARAGUAI. DISSE QUE IRIAM CRIVAR MEU CORPO COM 150 BALAS CASO EU VOLTASSE AO PARAGUAI.'

Três dias depois, mandaram que juntássemos nossas coisas. Levaram-nos à Central de Polícia e a mim determinaram que ficaria no presídio Bom Pastor, que abriga só mulheres. Fiquei apavorada. Senti frio em todo o corpo porque tinha medo daquele cárcere. Meu marido foi mandado para outro presídio. Puseram-me num carro fechado e me levaram para o presídio Bom Pastor. Lá eu era a única presa política, no meio de presas comuns.

Desta vez houve processo. Fui julgada dois anos depois de ter sido detida. Fui julgada pela Lei 209, criada "para a defesa da paz pública e da pessoa" (N.R. - algo parecido com a Lei de Segurança Nacional brasileira). Fui condenada a 4 anos e 2 meses pelo artigo 8 da Lei 209, que prevê penas de 1 a 5 anos de prisão — aplicável a dirigentes de organizações consideradas subversivas. Fui condenada sob acusação de ser comunista, embora em meu depoimento eu tivesse negado. Meu marido, porém, declarou que era mesmo simpatizante do comunismo. Fomos julgados na mesma ocasião e condenados a 4 anos e 10 meses. Passou um tempo e o juiz, ao confirmar as penas, reduziu minha pena para 3 anos e manteve para meu marido a sentença dada no julgamento.

Isso aconteceu em dezembro do ano passado. Eu praticamente tinha cumprido toda a pena quando foi confirmada a condenação. Minha conduta fora boa, e por lei, tinha direito a sair em liberdade condicional. Houve muita luta por nossa libertação, mas não deram. O fiscal geral do estado disse que eu não merecia a liberdade condicional porque era uma pessoa não apta para a sociedade, por causa de minhas idéias.

Meus dois advogados, Bertolucci e Alegre, fizeram uma pesada contestação à posição do estado. Enquanto se discutia minha liberdade condicional, venceu o tempo da condenação e o juiz autorizou minha libertação.

Fui levada à Central de Polícia para fazer os papéis, mas notei que ocorria algo de estranho quando disseram que deveria acompanhar um oficial. Por que isso, se iria ser libertada?

Puseram-me num camburão, levaram-me novamente ao presídio Bom Pastor, onde assinei uma pequena declaração, e voltei à Central de Investigações. Fui muito maltratada. Chamavam-me de velha estúpida, diziam que me levariam de volta ao calabouço, que iriam me matar e coisas assim.

Chamaram um oficial e pediram que me levasse ao corredor. Senti que voltaria à prisão. Quando passei pela guarda declarei-me em greve de fome em repúdio ao que me estavam fazendo.

Deixaram-me sentada, proibindo-me de levantar até mesmo para ir ao banheiro. Fiquei o dia inteiro aí. À noite um guarda me disse que meu caso estava sendo estudado.

Veio um oficial e me lançou um monte de impropérios. Jurou que nenhum comunista iria ficar vivo no Paraguai.

Era uma segunda-feira — 17 de maio deste ano. Na terça, às duas horas da madrugada, fotografaram-me e me pediram os documentos. Mas eu não tinha documento algum, pois os que me prenderam roubaram tudo. Improvisaram um documento de identidade e em 4 me levaram de lá dentro de um carro sem me dizer para onde iriam. Pelo caminho disseram que me soltariam na Argentina e me pediam que nunca mais voltasse ao Paraguai porque tinham 150 balas para crivar meu corpo. Não era para voltar nem para buscar ouro. Viajamos muito. Durante a viagem enchiam-me de insultos e ameaças. Diziam que iriam me jogar no rio, no mar... Eu levava comigo só uma escova de dentes, um sabonete e um pedaço de papel higiênico. Estávamos em Puerto Falcon para passar à Argentina e os guardas ameaçavam jogar-me no rio. Muita gente olhava com estranheza tudo aquilo, sem saber de que se tratava. Eu disse apenas que necessitava de água e que se morresse estaria morrendo por uma causa justa. Disseram então que a água era muito limpa para jogar-me lá dentro. Levaram-me de volta ao carro.

Dois oficiais passaram comigo à Argentina e queriam simplesmente deixar-me lá apenas com a carteira de identidade. Um dos guardas argentinos não gostou, chamou-me para uma sala e perguntou onde estava minha mala e minha passagem. Eu já estava muito nervosa e comecei a chorar. Expliquei rapidamente minha situação e na Argentina não me aceitaram porque perceberam a irregularidade de tudo aquilo. Eu supliquei para que não me deixassem voltar para aqueles loucos. Mas tive que voltar com eles.

Puseram-me novamente no carro sem me dizer mais uma palavra. Eu não sabia para onde estavam me levando. Os policiais estavam nervosos e raivosos. Levaram-me de volta à Central

de Investigação em Assunção, sem comer e sem beber. Fiquei três dias e três noites sem comer e sem beber absolutamente nada.

Enfim, embarcaram-me num ônibus da empresa Rysa e vim até Puerto Stroessner. Disseram que me deixariam no Brasil para que fosse a São Paulo, onde tenho parentes. Pensei que estavam me levando à prisão de Puerto Stroessner, mas chegamos à aduana — eu, sempre só com a escova de dentes, o sabonete e o papel higiênico, sem um centavo.

Vinha acompanhada de 4 guardas — 2 à minha frente, um a meu lado e outro atrás.

Entrei na aduana paraguai e sentei. Estava com a cabeça doendo terrivelmente. Fiquei lá até as 8 horas da noite, quando então o chefe da aduana me trouxe em seu carro até a Polícia Federal de Foz do Iguaçu, onde fui recebida por um agente jovem. O chefe da Aduana paraguai pediu que me recebesse, pois eu iria a São Paulo e que ele já havia falado com o chefe da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. As autoridades da aduana brasileira nem foram consultadas. Eram umas 9 horas do dia 9 de maio último.

Perguntei ao agente da Polícia Federal a hora em que iria embarcar para São Paulo. Disse que iria no dia seguinte e que tinha que dormir lá mesmo na Polícia Federal. Deixou-me numa pequena peça e me trouxe um colchão sujo e fedorento, sem cobertor. Dormi lá.

No dia seguinte deram-me café e me disseram que eu não estava presa. Perguntaram-me por diversos paraguaios que vivem em Foz do Iguaçu, mas eu não sabia nada de ninguém. Depois, um tal de Pereira, da Polícia Federal, disse que tinha um amigo paraguai, colorado, expulso do Paraguai e que me levaria para a casa dele, como de fato me levou.

Esse agente Pereira é um paraguai desterrado, que trabalha na Polícia Federal brasileira. Fui entregue assim a esta família de amigos, só com aquele documento de identidade feito às pressas na Central de Investigação de Assunção.

Hoje estou aqui esperando para ir a São Paulo ou para outro país. Há muitos países querendo que vá viver lá, mas eu preferiria ficar aqui, mais perto do meu país e do meu marido, que continua preso. Todos me aconselham a sair de Foz do Iguaçu porque consideram perigoso ficar aqui. Já se conhecem casos de paraguaios sequestrados e até desaparecidos em Foz do Iguaçu.

Depois de tudo o que passei, viver no exterior, longe de meu marido e longe de minha pátria, é uma injustiça muito amarga. É o mesmo que estar presa. É a continuação da falta de liberdade. Sinto-me amarrada, sem saber o que fazer, para onde ir.

Quem vai preso nas condições em que eu fui presa deve pensar que está lutando por uma causa justa e que o inimigo tem que atuar assim. É preciso pensar também que ninguém está sozinho no cárcere. A prisão não é inútil se o preso sabe o significado do sacrifício que lhe é imposto. Quem está preso está lutando.

'MUITOS PENSAM QUE A SOLUÇÃO ESTÁ NA MORTE DE STROESSNER. NÃO É ASSIM. SE O POVO NÃO SE ORGANIZAR E NÃO LUTAR POR SEUS DIREITOS, NADA VAI MUDAR.'

Eu tive essa sensação de que não estava só. No cárcere recebi centenas de cartas de todo mundo. Tudo o que tenho, desde sapatos e roupas, recebi dos mais diversos países. Este vestido, por exemplo, ganhei da Holanda, e eu não tenho qualquer amigo ou conhecido na Holanda. Do Canadá vieram muitas coisas e muitos pedidos de libertação.

Mas não é porque se está no cárcere que se está derrotado. A prisão é uma experiência e uma forma de luta. Gostaria mesmo de aconselhar aos jovens a não baixarem a cabeça se lhes acontecer o que aconteceu comigo e com tanta gente.

Não é por estar numa cela que se está sozinho. Se um cal, levanta-se outro. Dedico todo meu sofrimento ao povo do meu país. Não estou arrependida de nada.

Penso que o Acordo Nacional, embora esteja sempre no embrião e sempre prestes a morrer, poderá ser o começo de uma mudança no Paraguai. Muitos pensam que a solução está na morte de Stroessner. Mas não é isso. Se o povo não se une e se não luta, nada vai mudar. Os partidos de oposição estão muito divididos por motivos fúteis. É preciso que todos os que lutam contra a ditadura e a opressão do regime de Stroessner se unam realmente para a construção de uma nova pátria, uma nova sociedade, com justiça, paz e bem-estar para todos.

Estou com 55 anos; fiquei órfã desde criança; perdi meu único filho; meu marido está preso e agora tenho que viver no exílio. Sinto-me, porém, com a mesma disposição para a luta de quando era uma moça. Agora preciso aprender muito e esforçar-me por me readaptar ao mundo. Quero ser livre numa pátria livre.

VAMOS LER LIVROS, PESSOAL !

A sugestão de leitura de "Nosso Tempo" nesta edição é a obra "SEMPREVIVA", de Antonio Callado, já em sua 2ª edição, à venda nas bancas e livrarias de Foz do Iguaçu.



Antonio Callado, ao longo de quatro décadas, vem realizando uma carreira quase inédita para um escritor brasileiro. Ele conseguiu unir, sem qualquer prejuízo para nenhum dos lados, o competente e combativo jornalista ao sólido ficcionista, autor de uma das obras mais significativas da nossa literatura.

Essa obra começou a ser produzida nos anos 50, quando foram publicados os romances Assunção de Salviano e Madona de Cedro, além de peças para teatro, com Cidade Assassina e Pedro Mico.

Em 1967 surgiria Quarup, romance de leitura obrigatória a quantos queiram compreender em profundidade as estruturas psíquicas e sociais da formação de nosso povo. A este seguiram-se Bar Don Juan e Reflexos do Baile.

Agora, com Sempreviva, Callado, ainda uma vez, faz o leitor mergulhar na realidade de um Brasil cada vez mais — de propósito? — marginalizado, ou melhor, escamoteado: um Brasil que desmoraliza todas as imagens que dele nos querem impor oficialmente.

O crítico Franklin de Oliveira, que escreveu uma apresentação definitiva de Quarup, assim se pronunciou sobre Sempreviva:

"O romance agarra. Cai em cima da gente como onça. Mete os seus dentes na nossa carne, dilacera, cumprindo bem a tarefa de toda obra de arte, que é a de botar de pernas pro ar os núcleos de nossa vida interna. Mas, além de agarrar, o Sempreviva exige uma enorme concentração do leitor, tal a inumerável riqueza do plot, ampliada magistralmente pelas manhas do narrador. Uma riqueza estonteantemente labiríntica, tecida por falsos fundos e pelo contraponto polifônico dos personagens. Estes que, a princípio, dão a idéia de que foram plasmados depois que o romancista escalonou os problemas que ia jogar no livro, ganham, porém, autonomia de vó, tal o sumo de vida de que se nutrem".

Vindo do Rio Grande do Sul junto ao grande contingente migratório que se deslocou de lá para colonizar as terras do Oeste do Paraná Marcelo Barth, depois de alguns anos de duro trabalho numa pequena propriedade rural em São Miguel do Iguaçu, viu-se novamente na contingência de deixar seu pedaço de terra, desta vez por força das desapropriações feitas por Itaipu. Durante o processo de desapropriação e indenização, houve as conhecidas escaramuças e lutas entre os desapropriados e a entidade expropriante.

Nessas lutas, Marcelo Barth, antes um anônimo pequeno agricultor, transformou-se num dos maiores líderes populares já surgidos no Paraná. Sua compreensão dos problemas dos desapropriados e da agricultura em geral, sua coragem e determinação na luta fizeram dele o principal líder surgido entre a classe nesta região.

Com o dinheiro da indenização recebida de Itaipu, Marcelo adquiriu outra pequena área no município de Medianeira, onde se associou à Cotrefal (Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda.), em agosto de 1980, sendo admitido como funcionário dois meses depois. Em seu trabalho, Marcelo analisou os procedimentos da Cotrefal em relação aos sócios e, 18 meses após ter ingressado na função resolveu pedir demissão do emprego. Redigiu uma carta nesse sentido à Direto-

ria da Cooperativa e nela expôs os motivos da decisão:

"A PESSOA VALE PELO CAPITAL QUE POSSUI"

"Estando praticamente concluído o programa de desapropriação da Itaipu-Binacional, fator que originou minha vinda como funcionário para a COTREFAL, considero absolutamente normal que se analise minha situação, no sentido de definir se continuo ou não no quadro de funcionários da nossa Cooperativa.

Analisando a atuação e os rumos que a COTREFAL vem seguindo, sob o prisma do sistema capitalista, esta administração merece um grau ótimo. No entanto optei por me desligar. Isto porque, como cristão, não posso concordar com a ganância e a opressão que caracterizam o sistema capitalista, que tem como objetivo maior o capital, pouco se

importando com a pessoa humana.

Talvez inconscientemente, nossas cooperativas adotaram este sistema, com o objetivo de combater o poder econômico que nos oprime, através de outro poder econômico, esquecendo-se do mais importante, a pessoa humana. Na COTREFAL, a pessoa vale exatamente pelo capital que possui. E enquanto um pequeno grupo mais ganancioso e menos cristão, está se enriquecendo cada vez mais, a maior parte dos associados está conseguindo se equilibrar através de muito sacrifício, e muitos deles já se acabaram. O verdadeiro objetivo do capitalismo internacional é fazer com que as pequenas e médias propriedades se acabem, para num futuro próximo, existirem somente alguns ricos senhores, tendo o povão como seu funcionário, sua máquina, seu objeto, peça de produção e consumo. E para comprovar isto, bastam dois dados: 1. - Nos

VEM A PÚBLICO OS PODRES DA COTREFAL



Marcelo Barth: "não posso concordar com a ganância capitalista".

últimos 10 anos, o Governo, vendeu para agricultores brasileiros 2 milhões de hectares; para empresas brasileiras, 7 milhões de hectares; 2. - No município de Palotina, 6 proprietários possuem 117 mil hectares, enquanto no mesmo município, 4418 pequenos proprietários ocupam apenas a metade disto, ou seja, 56 mil hectares. Situação semelhante encontramos em todos os municípios de nossa região. É o que faz a COTREFAL? Enquanto seu capital aumenta vertiginosamente, a verdadeira COTREFAL, que são os associados, em muitos casos estão vendendo sua terra por não receber apoio suficiente para enfrentar o problema da miséria em que se encontram. Isto sem contar com outros milhares de pequenos proprietários, que não encontram nenhuma vantagem em se associar a uma cooperati-

va. Enquanto a concentração da propriedade caminha a passos largos, nada se faz para denunciar junto aos governos e à opinião pública a desesperadora situação em que se encontram muitos de seus associados que não têm condições de adquirir terra para seus filhos, sob a alegação de que não se pode convulsionar o quadro social. Continuando neste caminho, teremos, antes que esta geração se acabe, um sistema cooperativo capaz de enfrentar o Capital Transnacional, e teremos também a maior parte de seus associados como ex-associados.

Poderia continuar a abordar aspectos da atual administração com os quais não concordo, tais como: o auto-endeusamento dos diretores executivos, menos Inácio Pratti, os comitês de sustentação o poder, o alto custo da es-

trutura empresarial criada, a manipulação das opiniões em A.G.s, porém, como são atos administrativos internos e pessoais, não me compete o julgamento.

Tudo o que disse pode parecer utopia, porém, convido-vos a que façam uma reflexão humana, cristã e profunda, principalmente sobre os rumos que a concentração de propriedade está tomando, e, se algum dia houver disposição vossa em lutar por uma justa distribuição da terra e das riquezas, dentro do projeto igualitário que o Craidor colocou na consciência de cada um, contem comigo. Pois se a opressão e ganância desenfreada continuarem, nossos filhos não morrerão sem antes maldizer esta geração, por não dar ouvidos aos clamores dos oprimidos, cujo número cresce como o número de estrelas na hora do anoitecer".

LOJA DAMA

NOVIDADES DIRETO DA FÁBRICA



- JEANS ● LYCRA ● FLANELAS EM METRO
- COLLANTS DE MILLUS MANGA LONGA
- NOVOS LANÇAMENTOS EM LANGERIES

E MAIS:

- CONFECÇÕES ● CORTINAS
- CINTOS ● ESPUMAS EM GERAL
- ARTIGOS PARA PRESENTES
- PLÁSTICOS ● BOLSAS

DUAS LOJAS

Avenida Juscelino Kubitschek, 286 - Fone 74-2270
Avenida Juscelino Kubitschek, 733 - Fone 73-2174
FOZ DO IGUAÇU - PR.



Rua Um, 88 - Vila Pérola -
Fone 73-1690 e 73-1283
Foz do Iguaçu - PR.

AQUI VOCÊ TEM
A GARANTIA DO
MELHOR SERVIÇO

OFICINA ZANIN

MECÂNICA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE
AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES

Eliminação do quadro social

Com essa carta, Marcelo esperava ser demitido da função e também pretendia conduzir ao debate os rumos da Cooperativa. Os dirigentes, entretanto, ficaram horrorizados com a análise apresentada pelo associado e, ao invés de simplesmente atender ao pedido de demissão, decidiram eliminá-lo do quadro social da Cooperativa.

Em resposta ao seu documento, Marcelo recebeu, no dia 4 de junho último, uma carta resposta assinada pelo presidente, Ignácio Aloysio Donnel, e pelo vice-presidente, Inácio Prati, comunicando a "resolução" tomada pelo Conselho de Administração e "sugestões" do Conselho Fiscal e do Comitê Executivo Central: "Diante da gravidade das acusações, comunicamos a V. S. a nossa decisão de eliminá-lo do quadro social desta Cooperativa" — dizia o ofício endereçado pela Cotrefal.

Junto ao ofício, Marcelo recebeu um documento de 10 laudas, em que os dirigentes tentaram rebater todas as acusações e críticas, qualificando-as de "demagógicas e subversivas". A certa altura, convidaram-no à reflexão sobre "se é possível alguém, neste caso os cooperados, trabalharem durante quase 18 anos inconscientemente, só a serviço do capital, e, ainda mais, de os mesmos serem liderados até com sacrifício financeiro e até a própria saúde de alguns dirigentes, sem saberem se estão ou não no caminho da realidade capitalista. Será que agora é preciso aparecer alguém, que, depois de 2 anos de associado, alerte cerca de 4.000 produtores, despertando-os para nova realidade, filosofando sobre sua forma e métodos de ação sem analisar as consequências que trariam as mudanças de ação sonhadas fora da realidade dos dias em que vivemos?"

Na verdade, explica Marcelo Barth, não se sabe de dirigentes da Cotrefal que tenham sacrificado sua saúde ou suas finanças por causa da Cooperativa. Mas sabe-se que o presidente, Ignácio Donnel, no cargo há 17 anos, não só saiu da miséria em que veio ao Paraná, como se tornou uma das pessoas mais ricas de Medianeira.

Em outra passagem, o documento qualificou Marcelo de "inocente útil" de que se vale o capitalismo para manter as desigualdades na distribuição das riquezas, e sugeriu-lhe que dirigisse suas queixas aos políticos, à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa, ou diretamente ao governo. Numa das vezes em que o taxaram de sub-

versivo, escreveram os dirigentes: "A convulsão do quadro social, ação sobre a qual V. S. foi seriamente advertido quando funcionário desta empresa, é aquela que leva a pregar a revolta ou a luta do pequeno proprietário contra o médio e o grande (luta de classes), uma vez que todos, como associados, têm seus direitos e deveres em igualdade de condições".

Enfim, a Diretoria da Cotrefal não soube assimilar as críticas e aproveitá-las para o debate, mas dedicou 10 laudas para atacar o associado queixoso e para defender os princípios do capitalismo, ao mesmo tempo em que lhe fazia algumas restrições. Em resumo, os dirigentes não parecem perceber problemas entre seus associados e não aceitaram um ponto sequer das preocupações de Marcelo. Preferiram a eliminá-lo da Cooperativa. "V. S. infringiu flagrantemente o Estatuto Social no Cap. III art. 80., letra 'I', deixando de zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa, colocando os interesses da coletividade abaixo dos interesses individuais, através de afirmações caluniosas a Diretores e através de conceituação tendenciosa, confundido capital de giro e economia empresarial (...). Assim sendo, este Conselho de Administração julgou-se no dever de eliminá-lo do quadro social por exercer atividade prejudicial à Cooperativa, colidindo com os seus objetivos e praticando atos que desabonam o conceito da mesma".

O fato repercutiu e Marcelo garante ter elaborado o documento em total consonância com as insatisfações colhidas junto aos associados da Cotrefal. Agora, a questão está em debate dentro e fora da Cotrefal.

Por sua participação nos trabalhos pastorais da Igreja, particularmente dentro do CPT, Marcelo Barth encontrou nessa entidade a caixa de ressonância de que precisava para defender seus direitos e, em especial, para não permitir que o debate proposto por ele seja sufocado. "Posso não ser readmitido no quadro de sócios da Cotrefal, mas não vamos permitir que o debate em torno das questões que levantei seja eternamente adiado" — diz Marcelo.

ASSEMBLÉIA DECIDIRÁ

A CPT, reunida com dom Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu e presidente do Conselho desse órgão pastoral, decidiu prestar sua solidariedade a Marcelo, dirigindo uma

nota nesse sentido à direção da Cooperativa, que a recebeu com forte desgosto. O presidente, Ignácio Donnel, através de telefonemas tentou convencer dom Olívio a retirar seu apoio ao sócio eliminado, sob o argumento de que a CPT estaria ajudando a desintegrar a união dos sócios. Concordearam em realizar uma reunião da qual participaram 5 elementos da CPT e 5 da Cotrefal, e esta aconteceu no dia 19, na casa paroquial de Medianeira.

A reunião durou 4 horas e não solucionou o caso porque o presidente Ignácio Donnel iniciou sua participação nos trabalhos dizendo que a decisão de eliminar Marcelo não estava sujeita a revisões e que a CPT não poderia intrometer-se nos assuntos internos da Cooperativa. Na verdade, ponderaram os representantes da CPT, nunca houve essa intenção, mas unicamente o desejo de ver os sócios da Cooperativa com direito de manifestarem suas insatisfações e críticas.

Os dirigentes da Cotrefal propuseram a Marcelo Barth que retirasse seu pedido de convocação da assembleia geral dos associados, argumentando que será apenas fator de divisão na sociedade. Marcelo não aceitou, e a Diretoria convocou a Assembleia para o dia 4 de agosto, quando o caso será julgado, para que decida sobre a eliminação ou não do associado. Segundo informação do presidente da Cotrefal esta será a primeira vez em 18 anos, que a empresa convoca uma assembleia geral para apreciação de um caso desta natureza. Os dirigentes estão convencidos de que as críticas apresentadas por Marcelo levarão os associados a confirmar a medida por eles tomada, mas ele tem consciência de que expressou o pensamento de um número suficientemente grande de associados para sair-se vitorioso. "De qualquer forma — diz Marcelo —, se não for readmitido como sócio, esta será, ao menos, a primeira grande oportunidade que os sócios terão de manifestar seu pensamento — o que até hoje sempre foi impedido, porque a maior preocupação dos dirigentes é perderem seus ricos empregos".

Enfim, se o mais importante em tudo isso é o surgimento do debate em torno das questões levantadas, tudo está posto de modo a que aconteça o melhor, ainda que o preço da discussão seja a eliminação de Marcelo Barth do quadro de sócios da Cooperativa.

Mazureck envolvido em fraude

Dois meses após ter sido credenciado pelo INAMPS, o Hospital e Maternidade Menino Deus, da cidade de Palotina, cometeu tantas fraudes contra o Inamps que até mesmo os peritos do órgão acostumados a investigar irregularidades deste tipo ficaram espantados. Entretanto, apesar das provas, os políticos do PDS, entre eles o deputado federal Antonio Mazureck, estão impedindo que a Superintendência Regional do Inamps no Paraná possa concluir as apurações e punir estes e outros hospitais credenciados pelo ex-ministro Jair Soares a pedido de lideranças do partido do governo.

As provas colhidas pelas investigações estão num documento reservado entregue à presidência do Inamps no Rio. Neste documento está comprovado que os resultados das investigações no Hospital e Maternidade Menino Deus acabaram sendo praticamente arquivados, sem qualquer punição à entidade, pelo superintendente regional do Paraná, Mário Maranhão, devido a pressões do deputado federal do PDS Antonio Mazureck.

Foram constatadas graves irregularidades que devem ter lesado a previdência em alguns milhões de cruzeiros. Estas conclusões foram fruto de comparações entre documentos forjados pelo hospital e os depoimentos dos supostos pacientes feitos pelos peritos do serviço de Medicina Social de Cascavel. Todas as provas das fraudes foram reunidas em um dossiê de 150 folhas: guias falsas de internação, documentos adulterados, diagnósticos forjados, cobranças de cirurgias inexistentes em segurados que, na verdade, nunca estiveram internados, ou apenas foram submetidos a tratamento em ambulatórios.

Os levantamentos mostram que, em quase todos os casos, o Hospital Menino Deus utilizou nomes de antigos pacientes, que foram submetidos a tratamentos sem complicações ou a rápidos internamentos em anos anteriores, para fraudar cobranças da Previdência. De qualquer forma, o hospital fez de tudo para evitar que as irregularidades fossem descobertas.

Entre os casos levantados está o da senhora Delezir Turatto, que o hospital declarou ter estado internada por três dias com amigdalite crônica e febre reumática, tendo que submetê-la também a uma operação. Mais tarde, o Inamps descobriu que a segurada jamais esteve internada e nunca, em toda a sua vida, sofreu uma cirurgia.

E assim as fraudes continuaram. Uma simples anemia foi transformada em cirurgia de hérnia; uma rubéola virou cirurgia com internamento por causa de um ferimento no braço; um outro caso de pneumonia transformou-se numa operação de varizes e um pequeno ferimento na mão foi convertido em hepatite, com prolongada internação para tratamento. Entre os muitos segurados ouvidos, os peritos do Inamps descobriram até um caso em que foi preciso extrair uma unha inflamada e o hospital dizia ter tratado de asma brônquica.

Um despacho feito pelo chefe de equipe de Assistência Médica Rural e coordenador regional da Avaliação e Controle diz textualmente que "face à flagrante evidência quase incontestável dos frau-



Mazureck: "quebrando galhos"...

des..., sugerimos que sejam suspensas imediatamente as internações". Estas sugestões foram aprovadas pelo secretário regional do Inamps, Ney Roberto Robert da Cunha, que as encaminhou ao superintendente regional Mário Maranhão.

No dia 7 de junho, Mário Maranhão, homologou os resultados e as sugestões e encaminhou o dossiê ao departamento jurídico do órgão. É aí que entra em cena novamente o deputado Antonio Mazureck, que havia conseguido o credenciamento para atender os seus clientes políticos. Este deputado do PDS, interessado em "quebrar o galho" dos autores da fraude, reuniu-se com o superintendente regional em Curitiba e o convenceu a anular o despacho. Mário Maranhão simplesmente anulou as cinco linhas que escrevera no dossiê e tomou outra decisão, que na prática significa quase o arquivamento do caso. Este despacho foi feito no dia 14 de junho, uma semana após o primeiro, e consta que foi assinado na presença do deputado Antonio Mazureck.

O caso do Hospital e Maternidade Menino Deus comprova as denúncias de médicos, funcionários da previdência e políticos de oposição de que o Inamps está servindo como instrumento do PDS na campanha eleitoral.

RESTAURANTE EXECUTIVO

O REI DO SABOR

- pratos de cozinha internacional
- buffet ao meio dia
- peixada à noite
- buffet internacional aos domingos
- chopp e vinhos nacionais e estrangeiros.

Av. Cataratas - Vila Iolanda - Foz do Iguaçu.

ADEUS SETE QUEDAS

Foram três dias de muita paz, muito amor, muita música e muita maconha. Mas, sobretudo, foram três dias de tristeza, de protesto pela destruição das 7 Quedas em função da construção da Hidrelétrica de Itaipu, também conhecida como "O Mausoléu do Faraó".

Acredita-se que cerca de 10 mil pessoas compareceram nas Sete Quedas para dar o último adeus. Já na quinta-feira começaram a chegar as primeiras pessoas para armar suas barracas e organizar alguma coisa. Sexta-feira estava tudo pronto.

Durante os três dias houve música, teatro, missa ecológica, procissão até o último salto, palestras, debates e até o ensaio de uma passeata pelas ruas de Guaíra que foi impedida pela Companhia do Exército.

Nosso Tempo conversou com várias pessoas. A maioria lamentou a destruição destas maravilhas e achou que o movimento deveria ter começado há mais tempo pois assim "talvez teríamos evitado este ato inconsequente dos tecnocratas".

Gente de todas as partes do Brasil se fizeram presentes nestes três dias. Reclamaram "da insanidade dos homens ao destruir uma beleza que a natureza levou milhares de anos para construir". Um cidadão que admirava o Salto 14, disse energicamente: "Itaipu é obra do Satanás" enquanto seu companheiro ao lado acrescentava que "o povo jamais perdoará os dirigentes por terem destruído tamanha beleza". Uma jovem olhava com tristeza para a primeira queda e murmurou: "parece que as águas estão chorando". Outra, enquanto se fixava nas violentas ondas do rio Paraná, dizia: "até as águas estão revoltadas". O padre, durante o sermão na Missa Ecológica afirmou que "aquilo que Deus fez não foi respeitado pelo homem". Outros depoimentos a seguir:

NA ALEMANHA ISSO NÃO ACONTECERIA



Lili Fulgraf.

"Acho esse movimento muito válido embora seja um pouco tardio. O Brasil precisa de um movimento ecológico mais amplo porque o povo ainda não tem uma conscientização quanto ao valor da natureza. Na Alemanha esses movimentos iniciaram há mais de 20 anos e por isso a população tem uma consciência mais profunda quanto à ecologia. Lá as penas para os crimes contra a natureza são severíssimas.

Tenho certeza que se as 7 Quedas estivesse na Alemanha o povo não permitiria sua destruição. Veja o caso das usinas nucleares. De tanto protesto, o governo, foi obrigado a abandonar o projeto. Há, inclusive, ações na justiça pedindo o fim das usinas nucleares.

(Lili Fulgraf, promotora de Justiça da Alemanha).



Muita gente compareceu para dar o seu último adeus.



Bernardete Molinette.

É ISSO QUE PRECISA

"Este movimento é lindo. Mais lindo é o seu sentido. Feio é o que estão querendo fazer: sepultar as 7 Quedas, maravilha que jamais o homem poderá construir. Protestos como o que está ocorrendo hoje deveriam ser mais frequentes. Só assim os dirigentes tomam consciência de que estão dando mancadas".

(Bernardete Molinette, Bancária - Pato Branco - PR).

MOVIMENTO É TARDIO

"O movimento é bacana. Porém um pouco tardio. Porque em outubro nada mais vai restar além de tristeza. É uma pena. Jamais a natureza conseguirá formar outra beleza igual a esta e os homens destroem em pouco tempo em nome do progresso que eles tanto falam".

(Luiz Alberto dos Santos, Guaíra - PR).

NÃO CONSIGO FICAR ALEGRE

"A festa está bonita mas eu não consigo ficar alegre. Dói no coração da gente ver eles destruírem esta maravilha que a natureza levou milênios para construir. Os que idealizaram isto certamente têm coração de pedra".

(Luiz Rogério, estudante - Curitiba - PR).

OBRA DO DEMÔNIO

"Olha, moço: o que eu tenho a dizer é que as 7 Quedas são obras de Deus. O que vai destruí-las é obra do demônio".

(Marco Aurélio de Moraes - Niterói - RJ).



Danças, teatro e música foram atrações no Adeus Sete Quedas.

GUAÍRA VAI ACABAR

"A gente conhece bem as 7 Quedas. Cada pedra, cada salto, cada paisagem. Acho que se há dez anos atrás tivéssemos iniciado este movimento teríamos, ao menos conseguido que Itaipu diminuísse a altura da barragem para evitar o fim das 7 Quedas. Eu mesmo só tomei conhecimento da grandeza da barragem há cerca de 5 anos, quando nada mais era possível fazer a não ser protestar. Acredito até que a Itaipu não quis divulgar que iria alagar até Guaíra para evitar a revolta do povo.

"Mais tarde, quando eles fecharem, a gente vai acampar aqui dentro e não sair. Deixar a água vir. Vamos levar água, comida e agasalhos. Não queremos guerra com eles, mas é preciso protestar contra esse absurdo.

"O povo de Guaíra não está nem um pouco satisfeito com o desaparecimento de 7 Quedas. A grande maioria está revoltada. E com razão: Quem vai querer trocar estas maravilhas por um lago que no futuro fatalmente será poluído? O comércio de Guaíra gira em torno do turismo, apesar das autoridades nunca terem apoiado o sentido de melhorar a infraestrutura. Guaíra vai acabar porque nenhum turista quer vir para cá para ver um lago.

"Essa meia dúzia de tecnocratas que resolveu construir Itaipu nunca consultou o povo e certamente nunca veio até aqui. Se eles conhecessem as 7 Quedas não teriam cometido este crime".

Marcão (Coordenador do Movimento em Guaíra).

A revolta de Marcão e seu grupo é tão grande que ele resolveu compor uma música a respeito do desaparecimento das 7 Quedas. É uma música de carnaval que foi samba-enredo no último Carnaval de Guaíra. Vejam algumas partes:

Venham, venham todos conhecer
A maior das maravilhas
Que vai desaparecer

Adeus Sete Quedas
Rainha da beleza universal
Este ano lamentamos na avenida
o seu último carnaval

O Adeus às cachoeiras, aro-íris e cataratas
Será para nós uma eterna serenata
ÔÔÔ O Que Deus Criou
O homem sepultou
Nas águas da ilusão.



Marcão e o seu grupo cantando o samba enredo. Protesto contra a destruição das Sete Quedas

